



**Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**  
Presidência do Conselho de Ministros

**V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017)**

**Relatório intercalar de execução**

**2016**

**Março de 2017**

## Índice

Introdução	2
Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local	4
Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas	22
Área Estratégica 3 – Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal	40
Área Estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género	47
Área Estratégica 5 – Organizações não-governamentais	50
Área Estratégica 6 – Comunicação Social	53
Área Estratégica 7 – Cooperação	55
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa	71

## Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017) - adiante designado de V PNI – procedeu à avaliação relativa ao terceiro ano de execução - 2016

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante o ano de 2016 pelas várias entidades públicas, da administração central, regional e local, e as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do V PNI, tendo por referência as sete áreas estratégicas de intervenção:

Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local;

Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas;

Área Estratégica 3 – Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal;

Área Estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género;

Área Estratégica 5 – Organizações não – governamentais;

Área Estratégica 6 – Comunicação Social;

Área Estratégica 7 – Cooperação.

e as respetivas medidas que as integram.

No final deste relatório, será apresentada a síntese avaliativa que reflete a taxa de execução em 2016.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do V PNI, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas. Pelo facto, já exposto, deste relatório incidir sobre o ano de 2016, a abordagem sequencial das medidas de política não abrange a totalidade das 70 medidas constantes do V PNI. Tal prende-se com o facto do V PNI ter uma calendarização das medidas a 3 anos, pelo que nem todas estavam previstas para 2016, estando algumas previstas para 2017 e outras tendo já sido concluídas em anos anteriores.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, durante o ano de 2016 esteve em pleno funcionamento o grupo de apoio à entidade coordenadora do Plano, que integra representantes das seguintes instituições:

- a) Conselheiro/a da Presidência do Conselho de Ministros;
- b) Conselheiro/a do Ministério das Finanças;
- c) Conselheiro/a do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- d) Conselheiro/a do Ministério da Economia;
- e) Conselheiro/a do Ministério da Saúde;
- f) Conselheiro/a do Ministério da Educação;
- g) Conselheiro/a do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- h) Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- i) Três representantes da secção das ONG do Conselho Consultivo da CIG, escolhidas de entre os respetivos membros<sup>1</sup>.

Este grupo de trabalho reuniu ordinariamente três vezes no ano de 2016. Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos por todos os Ministérios e pelas ONG representados no Conselho Consultivo da CIG. Foram ainda coligidos os dados relativos às atividades desenvolvidas pelo Alto Comissariado para as Migrações e pelo Instituto Português do Desporto e Juventude.

---

<sup>1</sup> Associação ILGA Portugal, Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) e União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

## **Implementação das áreas estratégicas de intervenção**

### **Área Estratégica 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local**

**Medida 1** - Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa.

Esta medida pretendia promover, num primeiro momento, a elaboração e aprovação dos Planos de Ação Sectoriais para a Igualdade em todos os Ministérios, cujo objetivo é o de facilitar a integração da perspetiva de género nas políticas, no planeamento, nas rotinas e nas práticas de toda a Administração Pública. Todos os Ministérios devem apresentar à Tutela da Igualdade os Planos Sectoriais aprovados pelos/as Ministros/as competentes.

Cada ministério, enquanto responsável pela integração da perspetiva de género e da não discriminação em todas as suas esferas de atuação, e conforme Resolução do Conselho de Ministros Objectivos Desenvolvimento Sustentável nº 161/2008, de 22 de outubro, que também aprova o estatuto das Conselheiras e Conselheiros para a Igualdade e respetivos membros das equipas interdepartamentais, deveria ter aprovado o Plano Sectorial para a Igualdade (PSI).

Assim, e até 31 de janeiro de 2017, apresentaram relatórios anuais de execução, dos respetivos Planos Sectoriais, os seguintes ministérios:

**Ministério Negócios Estrangeiros;**

**Ministério das Finanças;**

**Ministério da Defesa Nacional;**

**Ministério da Administração Interna;**

**Ministério da Justiça;**

**Ministério da Educação;**

**Ministério da Saúde.**

De momento todos os ministérios têm conselheiro/a e encontram-se coadjuvados pelas respetivas equipas, à exceção de duas nomeações. Atualmente faltam nomear as/os conselheiras/os e equipas do Ministério do Planeamento e Infraestruturas e da Presidência do Conselho de Ministros.

O **Ministério da Justiça** reportou relativamente à execução do II Plano para a Igualdade que este foi monitorizado semestralmente em 2016. Este Plano encontra-se publicado na página web da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) e da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

O **Ministério da Saúde** reportou a implementação das atividades decorrentes do II Plano para a Igualdade do Ministério da Saúde, e sob coordenação da Equipa Interdepartamental, a organização de 5 reuniões formativas sobre desagregação de dados por sexo e linguagem inclusiva para os Objectivos Desenvolvimento Sustentável profissionais ligados a departamentos técnicos e à gestão de programas da ACSS, do INSA, da IGAS e das 5 ARS. Elaborou ainda um estudo exploratório da aplicação da Medida 42, do presente plano, no âmbito da monitorização da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, que determina a obrigatoriedade de adoção de planos para a igualdade em todas as entidades do setor empresarial do Estado e que determina ainda, como objetivo, a presença plural de mulheres e homens nas nomeações ou designações para cargos de administração e de fiscalização, junto dos Hospitais/Centros Hospitalares EPE.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** no âmbito do seu II Plano Sectorial Interno, e ao longo de 2016 disponibilizou informação sobre as seguintes iniciativas e/ou eventos:

- 13 abril – Debate – A Europa e as Políticas de Igualdade: Conquistas e Desafios”. Iniciativa MNE/Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus;
- 27 julho – Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas assinou um Protocolo de Cooperação para a Implementação e Desenvolvimento do Projeto Igualdade nas Comunidades;
- 30 setembro – Conferência –Women in Diplomacy. Organização ISCSF; Instituto Diplomático e Association of Women Ambassadors;
- 24 outubro – Tejo Talks – Gender Equality in the Workplace. Organização: Embaixada do Canadá em Portugal;
- 24 novembro – Seminário CEDAWALL: Follow-up e Recomendações Gerais. Organização Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

O **Ministério da Administração Interna** informou que:

A GNR incluiu no respetivo Plano de Atividades de 2016, 3 objetivos operacionais relacionados com a execução do V PNI.

Foi prevista no Plano para a Igualdade de Género do MAI uma medida referente à promoção da visibilidade do contributo das mulheres nas áreas (operacionais) da segurança interna. Neste âmbito, menciona-se que foram realizados diversos trabalhos com órgãos de comunicação social sobre a Capitã Ana Lopes, da GNR, primeira mulher Comandante de missões internacionais no âmbito da agência FRONTEX<sup>2</sup>.

Outra medida prevista no Plano para a Igualdade de Género do **Ministério da Administração Interna** refere-se à promoção da sensibilização dos profissionais no domínio da Igualdade de Género. A este propósito pode menciona - se que no âmbito do programa relativo à comemoração do 40.º aniversário do SEF foi apresentado o novo volume da Coleção Migrações Séc. XXI do SEF denominado “A proteção de estrangeiros vítimas de crimes numa perspetiva de género”, da autoria da Inspetora do SEF Maria João Guia (23/6/2016).

Outras ações desenvolvidas, não diretamente relacionadas com medidas específicas previstas no Plano para a IG no MAI ou no V PNI, mas com relevo para a área da Cidadania e Igualdade de Género, e que são aqui salientadas:

- A GNR realizou 403 ações sobre a temática cidadania e não-discriminação no contexto do programa Escola Segura, sensibilizando 14909 alunos/as (7615H/7294M);
- A PSP realizou 13 Ações sobre a temática Igualdade de Género no âmbito do Programa Escola Segura;
- Foram também realizadas ações de formação sobre Violência doméstica abrangendo 541 elementos;
- Por fim foram realizadas duas ações sobre linguagem gestual, de 70 horas cada, abrangendo um total de 44 elementos;
- Foi realizada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) uma ação de formação intitulada “Juntos por Todos” (Menores, Violência Doméstica, crimes sexuais, tráfico de seres humanos, fenómenos extremistas, comunidades minoritárias, etc.) que envolveu 36 elementos da PSP (33H/3M).

---

<sup>2</sup> (Ver, por exemplo, Link vídeos TV: <https://drive.google.com/drive/folders/0B31vgroaZ51qZVBFMzhaaWd3cHc> ; Imprensa: <https://www.publico.pt/2016/10/05/sociedade/noticia/quando-salvar-vidas-se-confunde-com-controlar-e-repatriar-1746172> ; Link Facebook da GNR: [SIC | GNR na Frontex | capitã Ana Lopes](https://www.facebook.com/SIC.GNR) - <https://goo.gl/jhJeKV>).

O **Ministério da Ambiente** informou que a 16 de dezembro, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, implementou uma Sessão sobre a Norma Portuguesa sobre sistema de Gestão da Conciliação ente a Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

O **Ministério da Defesa Nacional** informou que:

- Foram ministradas 47 ações de formação subordinadas ao tema “Igualdade de Género” em 2016. O número de formandos foi de 3.476 militares do sexo masculino (Oficiais – 165, Sargentos – 430, Praças – 2.864, Civis - 17) e 340 militares do sexo feminino (Oficiais – 15, Sargentos – 22, Praças – 265, Civis - 38);
- É ainda de evidenciar a participação de representante da Direção de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa, na 1ª Edição do Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género. Este curso no âmbito do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), é organizado pelo Instituto de Formação e Consultoria do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e decorre no (ISCSP-IFOR). O curso pretende proporcionar a profissionais da Administração Pública Local, de empresas privadas e do setor empresarial do Estado e a dirigentes e técnicos/as de ONG um conjunto de competências que permitam a integração da perspetiva de género no contexto institucional, nas políticas públicas e nos planos de ação a desenvolver, tal como previsto na lei. O elemento a participar no referido curso deverá ser capaz de reunir conhecimentos essenciais, através de um processo de aprendizagem fundamentado e de uma análise reflexiva, para planear e desenvolver ações para a Igualdade de Género.  
A Direção de Serviços de Cooperação Técnico Militar desta Direção-Geral procurará promover de forma ativa a inclusão destas temáticas em ações de formação, debates, palestras e através de ações de sensibilização continuadas.

**Medida 2** – Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros/as ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais.

A **CIG** realizou:

- 11 ações de formação sobre a igualdade de género, cidadania e não discriminação, dirigidas a agentes da administração pública, conselheiros/as e equipas interdepartamentais. Foram abrangidas 189 pessoas (64H/129M).

- 1 ação de formação sobre “Políticas Públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens: os Planos Nacionais para a Igualdade”, promovida pelo CEJUR e CIG, em 6/12/2016: 46 pessoas abrangidas (6H/40M); 2 chefias máximas, 2 consultoras, 1 técnica especialista, 2 assistentes técnicas e 39 técnicas/os superiores.

**A CIG – DRN realizou:**

- 4 ações de formação em Igualdade de Género, no âmbito do Plano Setorial Para a Igualdade de Género (2014 - 2017), dirigidas aos/as Colaboradores/as da das Equipas Interdepartamentais da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Norte (DGADR), nas Delegação de Mirandela, Vila Real, Braga e Matosinhos tendo sido frequentadas por um total 93 mulheres e 57 homens, destes 36 Técnicos/as Superiores e Chefias das Equipas Interdepartamentais;
- 2 ações de formação, dirigidas aos/as Colaboradores/as do Teatro Nacional de São João do Porto (TNSJ) tendo sido frequentadas por um total 70 mulheres e 37 homens, entre os quais vários/as Técnicos/as de Imagem de Som e ainda Chefias;
- 1 ação de sensibilização dirigida aos/as Colaboradores/as do Quartel da Serra do Pilar, tendo sido frequentada por um total de 72 mulheres e 12 homens, entre os quais, vários militares Cabos, Sargentos e outras Chefias.

**O Ministério do Ambiente reportou que:**

- A APA – Agência Portuguesa do Ambiente, realizou duas ações de sensibilização para membros da equipa interdepartamental do MAMB (21 de novembro) com publicitação dos folhetos e *flyers* da campanha de igualdade de género;  
Do IRU – Instituto de Resíduos Urbanos, três dirigentes (1H/ 2M) frequentaram o FORGEP (Formação obrigatória para chefias Intermédias), curso que inclui um módulo sobre a igualdade do género, cidadania e não discriminação. Embora este módulo seja num formato quase de carácter informativo com o intuito de sensibilizar para a temática e de apenas 4 horas, ressalva-se aqui a importância de ser incluído em todas as ações para dirigentes;
- As empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP) promoveram ações de sensibilização no âmbito da norma de Responsabilidade Social SA8000 (requisito 5) e da Política de responsabilidade social das empresas, onde se enquadra, o repúdio de todas as formas de discriminação, incluindo a baseada no género. Com estas ações foram abrangidas 1273 pessoas (887H/ 386M), incluindo 51 chefias de topo (34H/17M); 143 chefias intermédias

(91H/52M); 437 Técnicos/as superiores ou equivalente (201H/236M); 568 Técnicos/as operacionais (540H /28M); Técnicos/as de apoio administrativo (21H/53M).

**Medida 3** – Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para juristas responsáveis pelo processo legislativo.

No âmbito desta medida, a **CIG** em colaboração com o **CEJUR** realizou, no dia 6 de dezembro, uma ação de formação sobre “Políticas Públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens: os Planos Nacionais para a Igualdade”, tendo abrangido 46 pessoas (6H/40M) das quais 2 pessoas dirigentes de topo, duas pessoas consultoras, 1 técnica especialista, duas assistentes técnicas e 39 técnicas/os superiores.

**Medida 4** - Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.

Como medida inédita, foi aprovada a introdução de uma rubrica a incluir nos orçamentos de todos os ministérios sobre as verbas alocadas à prevenção e combate da violência de género e violência doméstica.

Assim, o artigo 17.º da Lei n.º 7-A/2016<sup>3</sup>, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016), determinou que *“cada ministério deve inscrever no respetivo orçamento as verbas referentes à política de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas, dando conhecimento das mesmas, bem como da sua execução, ao membro do Governo responsável pela área da igualdade”*.

O decreto-lei de execução orçamental para 2016 (Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril), veio complementar a disposição anterior, resolvendo que a compilação da informação prevista no artigo 17.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, caberia à secretária-geral de cada ministério, como também a sua remessa à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

---

<sup>3</sup> Lei orgânica da Presidência do Conselho Ministros, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167-A/2013, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 6 de fevereiro.

A despesa orçamentada pelos ministérios para o ano 2016, constante dos desenvolvimentos orçamentais disponíveis para consulta no sítio da internet da DGO, consta transposta nas três primeiras colunas do quadro infra.

(valores em euros)						
MINISTÉRIOS	SI (1)	SFA (2)	Total (3) = (1) + (2)	VD (Reportado) (4)	% (5) = (4)/(3)	
Encargos Gerais do Estado	3.184.965.478	139.435.472	3.324.400.950		0,00000%	
Presidência do Conselho de Ministros	124.045.862	277.033.525	401.079.387	695.435	0,17339%	
Ministério dos Negócios Estrangeiros	308.574.901	142.311.195	450.886.096	0	0,00000%	
Ministério das Finanças	93.983.683.434	5.015.693.694	98.999.377.128	30.000	0,00003%	
Ministério da Defesa Nacional	1.953.425.008	254.187.166	2.207.612.174	8.000	0,00036%	
Ministério da Administração Interna	1.946.228.485	154.827.572	2.101.056.057	7.863.704	0,37427%	
Ministério da Justiça	1.230.886.627	393.583.503	1.624.470.130	3.081.056	0,18967%	
Ministério da Cultura	289.252.028	366.868.214	656.120.242	0	0,00000%	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1.489.466.995	2.193.359.288	3.682.826.283	0	0,00000%	
Ministério da Educação	5.623.649.094	665.377.342	6.289.026.436	0	0,00000%	
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	13.678.652.273	11.887.238.258	25.565.890.531	1.877.079	0,00734%	
Ministério da Saúde	8.539.200.850	13.542.853.260	22.082.054.110	330.000	0,00149%	
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	762.581.418	4.410.104.807	5.172.686.225	0	0,00000%	
Ministério da Economia	275.745.218	1.044.240.255	1.319.985.473	0	0,00000%	
Ministério do Ambiente	89.593.614	1.690.607.616	1.780.201.230	0	0,00000%	
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	387.471.946	806.771.611	1.194.243.557		0,00000%	
Ministério do Mar	52.943.813	43.311.444	96255257		0,00000%	
<b>Total</b>	<b>133.920.367.044</b>	<b>43.027.804.222</b>	<b>176.948.171.266</b>	<b>13.885.274</b>	<b>0,00785%</b>	

Legenda: SI - Serviços Integrados; SFA - Serviços e Fundos Autónomos

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

As verbas orçamentadas pelos ministérios, referentes à política de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas (comunicadas ao membro do Governo responsável pela área da igualdade), constam vertidas na coluna 04 do quadro supra, permitindo observar o respetivo peso no Orçamento do Estado (0,00785% em termos globais).

Sendo atribuição da Presidência do Conselho de Ministros a conceção, execução e coordenação das políticas públicas, entre outras, na área da cidadania e a igualdade de género (n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro), importará observar o detalhe orçamental desta unidade ministerial, como também as verbas orçamentadas, para o ano 2016, destinadas à política de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas, pelos serviços que a integram. Tal como se pode ver:

(valores em euros)							
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	SI (1)	SFA (2)	Total (3) = (1) + (2)	VD (Reportado) (4)	% (5) = (4)/(3)		
Gabinetes dos Membros do Governo	10.570.281	0	10.570.281	0	0,00000%		
Gabinete do Primeiro-Ministro	2.991.589	0	2.991.589		0,00000%		
Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Adm	1.196.636	0	1.196.636		0,00000%		
Gabinete do Ministro Adjunto	1.196.636	0	1.196.636		0,00000%		
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentar	997.196	0	997.196		0,00000%		
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Minis	797.757	0	797.757		0,00000%		
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselh	997.196	0	997.196		0,00000%		
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernizaçã	797.757	0	797.757		0,00000%		
Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais	797.757	0	797.757		0,00000%		
Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igual	797.757	0	797.757		0,00000%		
<b>Serviços de Suporte à Governação</b>	<b>43.027.239</b>	<b>0</b>	<b>43.027.239</b>	<b>695.435</b>	<b>1,61627%</b>		
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	17.960.581	0	17.960.581		0,00000%		
Centro Jurídico	867.155	0	867.155		0,00000%		
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	4.904.091	0	4.904.091		0,00000%		
Gabinete Nacional de Segurança	3.139.820	0	3.139.820		0,00000%		
Sistema de Segurança Interna	999.011	0	999.011		0,00000%		
Direção-Geral das Autarquias Locais	7.968.589	0	7.968.589		0,00000%		
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	4.112.430	0	4.112.430	695.435	16,91056%		
Unidade de Missão para a Valorização do Interior	314.759	0	314.759		0,00000%		
Reserva Orçamental	2.760.803	0	2.760.803		0,00000%		
Instituto Nacional de Estatística, I.P.	31.449.116	0	31.449.116		0,00000%		
Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	7.681.779	17.639.916	25.321.695		0,00000%		
Alto Comissariado para a Migrações	601.649	6.435.875	7.037.524		0,00000%		
Fundo de Apoio Municipal	722.967	203.988.110	204.711.077		0,00000%		
Gabinete do Secretário-Geral do SIRP e Estruturas Comuns ao SIE	12.162.251	12.162.251	24.324.502		0,00000%		
Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	7.148.280	7.148.280	14.296.560		0,00000%		
Serviço de Informações de Segurança	10.682.300	10.682.300	21.364.600		0,00000%		
Gestor do Programa Escolhas	0	8.698.793	8.698.793		0,00000%		
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	0	10.278.000	10.278.000		0,00000%		
<b>Total</b>	<b>124.045.862</b>	<b>277.033.525</b>	<b>401.079.387</b>	<b>695.435</b>	<b>0,17339%</b>		

**Legenda:** SI - Serviços Integrados; SFA - Serviços e Fundos Autónomos  
**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

Também o **Ministério do Ambiente**, divulgou junto de todas as suas Agências e serviços e por todos os pontos focais o manual “Orçamento sensível ao género”, por e-mail e na reunião de pontos focais do dia 2 de novembro.

O **Ministério das Finanças** reportou que está a ser constituída uma equipa/grupo de trabalho composto por representantes do Gabinete do Ministro das Finanças, do Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento, da Direção-Geral do Orçamento e do GPEARL, bem como as Conselheiras para a Igualdade do MF, tendo em vista a avaliação das condições existentes para a implementação da iniciativa piloto no âmbito dos orçamentos sensíveis ao género. Até ao momento, foi nomeada a representante da Direção-Geral do Orçamento.

**Medida 5** – Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.

O **Ministério das Finanças** deu continuidade às publicações:

Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP)

4.º Trimestre de 2015 (publicado a 16/02/2016)

1.º Trimestre de 2016 (publicado a 16/05/2016)

2.º Trimestre de 2016 (publicado a 12/08/2016)

3.º Trimestre de 2016 (publicado a 15/11/2016)

#### Boletim Estatístico do Emprego Público - BOEP

n.º 14 (publicado a 24/06/2016)

n.º 15 (publicado a 24/10/2016)

#### O **Ministério das Finanças** informou ainda que:

- 31 modelos de documentos foram alterados com linguagem inclusiva em 2016, a acrescer aos 17 alterados em 2015;
- A 19 de abril de 2016, A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aprovou uma “Norma de Comunicação Interna Escrita (NCE) AT”, que integra a política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género enquanto valor do organismo. Adicionalmente, a AT encontra-se a trabalhar numa Portaria relativa à harmonização de documentos da ex-DGCI, ex-DGAIEC e ex-DGITA decorrente da fusão destes três organismos que, a ser aprovada pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, permitirá aumentar substancialmente a execução deste indicador.

#### O **Ministério do Ambiente** reportou que:

- O Relatório de Atividades da IGAMAOT de 2015, publicado em 2016 ([https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/RA2015\\_IGAMAOT.pdf](https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/RA2015_IGAMAOT.pdf)), tem um capítulo dedicado ao Balanço Social onde através de uma Análise Sintética disponibiliza alguma informação desagregada por sexo (vejam-se páginas 116 a 121);
- O Grupo AdP envia desde 2014 informação para a DGAEP e divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade (RS) Corporativos a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O RS corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet. O Grupo AdP tem ainda um manual de recolha de indicadores de sustentabilidade que define a recolha de variáveis e indicadores por sexo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>[http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/downloads/pub\\_pdf10\\_pt.pdf\(RS2015\)](http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/downloads/pub_pdf10_pt.pdf(RS2015)) e [http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/downloads/pub\\_pdf11\\_pt.pdf\(R&C2015\)](http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/downloads/pub_pdf11_pt.pdf(R&C2015))

O **Ministério da Justiça** informou que:

- No quadro das competências em matéria de avaliação e monitorização do desempenho dos serviços, o MJ procedeu à recolha e análise do Balanço Social dos diversos serviços e organismos tutelados;  
Ainda, e através da DGPJ (entidade responsável pela informação estatística na área da Justiça), publicou, em dezembro de 2016, o documento “Os Números da Justiça 2015”, contendo os principais indicadores das estatísticas da Justiça, designadamente informação desagregada por sexo, sobre os profissionais da Justiça<sup>5</sup>.

**Medida 6** – Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas.

Esta medida foi executada no âmbito do protocolo CIG/INE através do envio de dados e indicadores estatísticos para o índice de género do INE. Esta informação foi recolhida com a colaboração de todos os ministérios.

O **Ministério do Ambiente** reportou ainda que:

- Todos os gabinetes prepararam uma base de dados do expediente que, a partir de 2017, desagregará por sexo, categoria e região, as exposições em nome individual que chegam aos Gabinetes do Ministério do Ambiente;
- A DGT e o IGAMAOT asseguram a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, nos reportes trimestrais sobre Recursos Humanos no âmbito do Sistema de Informação e Organização do Estado;
- A AdP reporta anualmente a informação estatística, desagregada por sexo, referente a todo o grupo AdP. A informação é compilada no Relatório de Sustentabilidade e no Relatório e Contas Corporativos e individuais das empresas. O Relatório Social é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet (ver resposta a medida 5).

O **Ministério da Justiça** reportou também que:

---

<sup>5</sup> [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica\\_4/](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica_4/)

Através da DGPJ assegura a recolha, o tratamento e a divulgação da informação estatística desagregada por sexo. Em 2016 publicou os seguintes documentos<sup>6</sup>:

- “Os Números da Justiça 2015” contendo os principais indicadores das estatísticas da Justiça, designadamente informação desagregada sobre os profissionais da Justiça;
- Destaque estatístico sobre pessoas condenadas por homicídio conjugal em “processos-crime” na fase de julgamento findos nos tribunais de 1ª instância (2007-2015);
- Destaque estatístico sobre condenações por homicídio conjugal em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais de 1ª instância (2007-2015);
- Destaque “Estatísticas sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e jovens internados em centros educativos (2010-2015)”, documento que pretende retratar a evolução de alguns indicadores sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e sobre jovens internados em centros educativos, entre os anos de 2010 e 2015, designadamente tendo em consideração o género;
- Relatório sobre agentes e suspeitos por sexo, em crimes registados pelas polícias;
- Relatório sobre lesados e ofendidos, por sexo, em crimes registados pelas polícias;
- Relatório sobre arguidos, por sexo, em processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1ª instância;
- Relatório sobre condenados, por sexo, em processos-crime findos nos tribunais judiciais de 1ª instância;
- Relatório sobre os Serviços Prisionais.

**O Ministério da Administração Interna** reportou que:

- Em termos de informação permanentemente disponível ao público em geral refira-se que nomeadamente o SEF divulga informação estatística relativa às suas áreas de atuação desagregada por sexo (ex.: <http://sefstat.sef.pt>);
- No relatório anual da violência doméstica (elaborado pela SGMAI), bem como nos contributos a este nível remetidos ao Gabinete da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), são apresentados dados desagregados por sexo;
- Nos diversos relatórios elaborados pela PSP, nomeadamente no relatório anual sobre Violência Doméstica, no relatório anual sobre a Escola Segura e no relatório anual sobre

---

<sup>6</sup> [http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_636203365359687500](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636203365359687500)

Idosos/as, são apresentados dados desagregados por sexo (trata-se de relatórios para análise e consulta interna).

**Medida 7** – Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.

Como referido nas Medidas 2 e 3, durante o ano de 2016, a **CIG** realizou ações de sensibilização em todos os ministérios e nos cursos do CEJUR, com recurso ao guia para a linguagem inclusiva na administração pública, que também foi distribuído a todos os ministérios e autarquias municipais.

No respectivo reporte, as diferentes Entidades, nomeadamente Ministérios, informaram que a documentação institucional adota uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género.

O **Ministério do Ambiente** reportou que:

- O IHRU disponibiliza sistematicamente informação na respectiva intranet sobre a importância da temática da Igualdade de Género e Não discriminação;
- A Conselheira organizou uma reunião com toda a equipa interdepartamental, onde estiveram presentes todos/as os/as representantes dos diversos serviços, tendo incluído uma componente de sensibilização nomeadamente em termos da linguagem inclusiva, assimetrias no uso de tempo entre homens e mulheres, orçamento sensível ao género, integração de perspectiva de género e mainstreaming de género. Neste âmbito, foram também disponibilizados documentos e outras referências em formato de papel e digital. Participantes: membros dos Gabinetes (1-M/3-H); pontos focais das entidades tuteladas (10M/2-H).

**Medida 8** – Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.

Até ao momento estão assinados 188 protocolos entre a **CIG** e as **Autarquias**.

Foram estabelecidos um total de 92 Planos Municipais para a Igualdade desde 2014. Em 2016 foram aprovados 6 novos Planos Municipais para a Igualdade: Famalicão, Horta, São Roque do

Pico, Lagoa (Açores), Vila do Porto e Madalena do Pico (este último existia em 2015 na sua vertente interna e em 2016 foi aprovada a sua vertente externa).

Igualmente, a **CIG** articulou com as Autarquias que já detêm Plano Municipal para a Igualdade, no sentido do apoio técnico para a sua implementação, ou então junto das autarquias que detêm protocolo com a CIG, mas que ainda não possuem Plano Municipal para a Igualdade, para dar apoio técnico necessário para a sua elaboração.

Ainda em parceria com a CM do Seixal, a **CIG** continuou a acompanhar e colaborar com a autarquia na implementação do Projeto socioeducativo “De igual para igual”, no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade Local, através da participação nas sessões promovidas pela autarquia com intervenções sobre a educação. A **CIG** está representada nos Conselhos Municipais para a Igualdade do Seixal (CONSIGO) e Lisboa.

Também as ONG começam a desenhar algum apoio ao nível da implementação de planos locais para a igualdade, como a **UMAR** – União de Mulheres Alternativa e Resposta que informou ter prestado apoio na elaboração do Plano Municipal para a Igualdade do Município de Gondomar.

#### **Medida 9** – Promover a nomeação de conselheiros/as locais para a igualdade.

Tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 29 de abril, que aprova o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade, durante o ano de 2016 foram nomeadas/os 15 conselheiros/as locais, dos seguintes municípios: Ferreira do Alentejo, Fundão, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Mondim de Basto, Celorico de Basto, Bragança, Amadora, Moura, Vila Nova de Poiares, Silves, Constância, Albergaria-a-Velha, Torre de Moncorvo, Ferreira do Zêzere. Atualmente o número total de Conselheiras/os Locais é de 167.

#### **Medida 10** – Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não-discriminação para os/as conselheiros/as locais para a igualdade, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico.

A **CIG** ministrou 13 ações de formação sobre “Igualdade de género, cidadania e não-discriminação” para conselheiras e conselheiros e equipas das autarquias locais. Assim o número de pessoas

abrangidas, desagregado por sexo e categoria profissional é de 221 pessoas (173M/48H), das pessoas eleitas (11M /5H), foram ainda abrangidas 27 (16M/11H) com cargo de dirigente e 165 (141M/24H), 13 assistentes técnicas/os (5M/8H).

O número de municípios participantes foi de 38 (Alcoutim, Montijo, Odivelas, Bombarral, Espinho, Marco de Canaveses, Oliveira de Azeméis, Figueira da Foz, Madalena do Pico, Vila do Porto, Horta, Vila Nova de Cerveira, Pampilhosa da Serra, Fundão, Covilhã, Belmonte, Azambuja, Coruche, Ferreira do Zêzere, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Castro Verde, Almodôvar, Ourique, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Aljezur, Lisboa, Lagoa (Açores), Câmara de Lobos, Funchal, São Vicente, Machico, Santa Cruz, Porto Moniz):

- No Município de Alcoutim, a 4 e 5 de fevereiro, os participantes foram a Conselheira local e Equipa Local para a Igualdade (8M/8H);
- No Município de Odivelas, a 4 e 5 maio, participaram a Conselheira e Equipa Local para a Igualdade (14M);
- No Município do Bombarral, a 12 e 13 maio, participaram a Conselheira e Equipa Local para a Igualdade (21M/3H);
- No Município da Pampilhosa da Serra, a 19 e 20 setembro, presentes a Conselheira e Equipa Local para a Igualdade (11M/4H);
- No Município do Fundão, a 21 e 22 setembro, participaram a Conselheira e a Rede de Intervenção na Violência (13M/4H);
- No Município de Almada, a 27 de setembro, participaram a Conselheira e Equipa Local para a Igualdade mais pessoal técnico da autarquia (15M/5H);
- No Município da Azambuja, 25 e 26 de outubro, participaram a Conselheira e Equipa Local para a Igualdade (9M/2H);
- No Município de Coruche, a 27 e 28 de outubro, participaram além da Conselheira os parceiros CLDS (14M/5H);
- No Município da Covilhã, a 7 de novembro, participaram a Equipa Local para a Igualdade da Covilhã, Belmonte e Fundão – no âmbito do Projeto Piloto (9M/1H);
- No Município de Ferreira do Zêzere, a 14 e 15 de novembro, tiveram presentes o Conselheiro e a Equipa Local para a Igualdade (8M/8H);
- No Município de Castro Verde, a 9 de novembro, participaram as Conselheiras do território do Projeto Piloto Baixo Alentejo (12M);

- No Município de Grândola, a 12 de outubro, formação em especial para os membros dos Executivo, para as Conselheiras e respetivas Equipas Locais (7M/4H);
- No Município de Odemira, a 13 de outubro também formação para os membros dos Executivo, Conselheiras e Equipas Locais (5M);
- No Município do Funchal, formação ministrada a 28, 29 e 30 de novembro para os Membros dos Executivos e Conselheiras, bem como a Equipa Local para a Igualdade da RA Madeira (11M/3H);
- Por fim para o Município de Lisboa a 5 e 6 de Dezembro (25M/1H).

Ainda a **CIG-DRN** reportou a realização de 3 Ações de Formação nos seguintes municípios: Madalena do Pico (Açores), Vila do Porto (Açores), e outra no Município da Horta (Açores), tendo participado ainda os Municípios: (Açores) São Roque do Pico, Lages do Pico, Ponta Delgada, Graciosa, Lages do Pico, São Roque do Pico, Santa Cruz das Flores, Vila do Porto, Horta, num total de 9 Municípios, dirigidas aos elementos do Executivo, Dirigentes, Técnicos/as Superiores e outros/as Técnicos/as da Rede Social, no âmbito da quais foram abrangidos/as 140 participantes (114M/26H), a descrever:

- No Município de Madalena do Pico (Açores), a 22 e 23 de setembro, com um total de 18 participantes (13M/5H);
- No Município de Vila do Porto (Açores) a 17 e 18 de outubro, num total de 32 participantes (22M/10H);
- No Município da Horta (Açores) a 21 de outubro, total de 30 participantes (2M/10H).

A **UMAR** reportou que: no Município de Gondomar implementou ações de formação para técnicos/as do município, sobre linguagem inclusiva (15M/4H).

**Medida 11** – Promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais.

Para dar cumprimento a esta Medida a **CIG-DRN** reportou a realização de 7 Ações de Sensibilização, destinadas aos/as Conselheiros/as Municipais, Executivo, Dirigentes, Técnicos da Autarquia e da Rede Social a destacar: os Municípios de Espinho, Marco de Canaveses, Oliveira de Azeméis, Figueira da Foz, Ourém, Vila Nova de Cerveira, Torre de Moncorvo, no âmbito das quais foram abrangidos/as 289 participantes (225M/64H);

Em simultâneo foram desenvolvidos workshops de informação e sensibilização sobre a importância dos Planos Municipais para a Igualdade - Estratégias de Intervenção para as Autarquias, com módulos de 4 horas de duração cada.

Foram também realizadas ações de sensibilização sobre “A escola e a igualdade sexual: novos desafios da prática docente” em parceria com as autarquias.

No seguimento das formações foram realizadas ações em todas as regiões diretamente pela CIG ou através das autarquias, ONG e associações de desenvolvimento local.

A **APEM** reportou que organizou em parceria com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) o Seminário inaugural do Projeto “Feminismos no Centro: Capacitação e mobilização para a igualdade entre mulheres e homens”. Este seminário, com o título *Feminismos no Centro – Conhecer e agir nos territórios*, decorreu em Coimbra, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, no dia 14 de dezembro de 2016, e envolveu cerca de uma dezena de autarquias que se fizeram representar, quer aceitando o convite para a apresentação de comunicações, quer participando na assistência e nos debates.

Também a **Associação Espaços – Projetos Alternativos de Mulher e Homens**, em parceria com o Graal, Fundação Cuidar O Futuro e a Câmara Municipal de Lisboa, realizou o Workshop “Promover a Qualidade de Vida pela Igualdade de Género”, no dia 27 de outubro de 2016, entre as 10:00-13:00, no Edifício Municipal do Campo Grande, com 19 profissionais (18M/1H) das entidades pertencentes ao Conselho Municipal da Igualdade de Lisboa, no âmbito do “Roteiro Cidadania em Portugal”, uma iniciativa da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local e da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

Ainda **esta associação** em parceria com a **Fundação Cuidar O Futuro**, a Junta de Freguesia do Bonfim e o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou o Workshop “Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado”, no dia 7 de novembro de 2016, na Biblioteca da Escola Secundária Alexandre Herculano, com 17 profissionais (14M/3H) das entidades da Comissão Social da Freguesia do Bonfim, no âmbito do “Roteiro Cidadania em Portugal”, promovido pela ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local e pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

## **Medida 12 – Atribuir o prémio bienal para Municípios «Viver em Igualdade»**

O Prémio Viver em Igualdade, 3ª edição (biénio-2015-2016), que visa distinguir Municípios, Comunidades Intermunicipais ou Juntas de Freguesia com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, decorreu no ano de 2016. Este Prémio destina-se a distinguir Municípios com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas.

Assim as candidaturas ao “Prémio Viver em Igualdade” decorreram de 17 de maio a 1 de agosto. Terminado o prazo de receção de candidaturas, elaborou-se lista de registo das candidaturas admitidas, depois de verificados os pressupostos regulamentares para a admissão. E nos dias 12 e 23 de setembro, decorreram as reuniões do júri de avaliação das 22 candidaturas admitidas. De referir que esta edição contou a participação de mais três municípios, em relação à 2ª Edição. O júri considerou que as candidaturas, no seu conjunto, revelaram uma preocupação na integração da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, na sua organização e/ou funcionamento, e nas atividades por si desenvolvidas, bem como, de que uma noção clara desta dimensão concorre para o bem-estar das populações em geral e que por isso constitui um fator de desenvolvimento humano da maior importância.

- O júri distinguiu com o “**Prémio Viver em Igualdade**” (por ordem alfabética): Município de Abrantes, Município de Alfândega da Fé, Município de Cascais, Município de Lagoa (Algarve), Município de Lisboa, Município de Odivelas, Município de Oliveira de Azeméis, Município da Póvoa de Lanhoso;
- O júri entendeu igualmente atribuir **Menção Honrosa** aos seguintes municípios (por ordem alfabética): Município de Amadora, Município de Fafe, Município da Figueira da Foz, Município da Horta (Açores), Município de Mirandela, Município da Madalena (Açores), Município de Câmara de Lobos (Madeira), Município de Santarém, Município de Sever do Vouga, Município de Vila fanca de Xira, Município de Vila do Conde, Município de Vila do Porto (Açores), Município de Vila Verde, Município de Vila do Conde, Município de Vila do Porto (Açores), Município de Vila Verde.

A Sessão Pública de entrega dos certificados de mérito decorreu no dia 24 de outubro, «Dia Municipal para a Igualdade».

Também e uma vez que sendo este um prémio não pecuniário, que consiste na atribuição de um certificado de mérito, destinado a ser usado na comunicação da autarquia, onde se atesta que o município referido é reconhecido como um dos melhores locais para viver em igualdade, este ano foi criada uma placa simbólica associada a um conjunto de etiquetas digitais para que, para além da comunicação do Município nos seus suportes oficiais de que é ganhador do Prémio, possa afixar, num dos seus edifícios, a placa simbólica alusiva a Município de Excelência para Viver em Igualdade.

**Medida 13 – Assinalar o «Dia Municipal para a Igualdade».**

De acordo com a informação reportada à CIG, a **ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**, que é a entidade coordenadora do grupo de trabalho para as comemorações nacionais do “Dia Municipal para a Igualdade”, reportou que 103 municípios assinalaram o “Dia Municipal para a Igualdade” com a realização de uma série de iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas à comunidade em geral e também a públicos mais específicos.

## Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

### 2.1 – Educação, Ciência e Cultura

**Medida 14** – Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania.

O **Ministério da Educação** informou que:

- O Guião de Educação, Género e Cidadania, da responsabilidade da CIG, foi concebido pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres em junho de 2015, mediante contratação efetuada pela CIG. Para a validação do documento do ponto de vista curricular, a DGE emitiu pareceres, tendo em consideração os documentos curriculares em vigor. O processo de validação pela DGE, iniciado em junho de 2015, prolongou-se pelo ano de 2016, tendo já sido efetuadas pela APEM atualizações nos textos em causa;
- Depois da 1ª fase de trabalho do GT criado pela DGE em 2014 para a produção do Referencial de Educação para a Igualdade de Género (integrando para além da DGE, a CIG e a PpDM), foi apresentada pela CIG e pela PpDM em 2015 uma proposta dos conteúdos relativos à temática da Igualdade de Género. A dimensão pedagógica e a adaptação dos conteúdos a cada ciclo continuaram a ser trabalhados internamente pela DGE durante o início de 2016, realizando reuniões de trabalho até maio;
- No âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), em 2016, a DGE disponibilizou a oficina de formação “Educação, Género e Cidadania” (acreditada junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua até 21 de julho de 2017) para a formação de públicos estratégicos - tipologia 3.15, Eixo Prioritário 3, Objetivo Temático 9. Para esta tipologia, a CIG criou um novo referencial, especificamente dirigido a profissionais de educação e cobrindo os ensinos básico, secundário e superior. O prazo de candidaturas decorreu até 15 de julho de 2016 e neste âmbito a DGE cedeu a referida oficina de formação a 10 Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE). Os objetivos do novo referencial bem como da oficina cedida pela DGE continuam a ser a divulgação e aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania, já publicados pela CIG e validados pela DGE, e a promoção do mainstreaming de género no sistema educativo. Esta oficina de formação integra ainda questões relacionadas com o tema do Tráfico de Seres Humanos da prevenção da Violência de Género (violência no namoro) e da sensibilização à prática da Mutilação Genital Feminina. A cedência aos CFAE, para além de proporcionar uma maior

dispersão geográfica, visa a continuidade desta Oficina e promove o efeito cascata da formação, multiplicando as suas edições.

A **APEM** cooperou em estreita ligação com a CIG, durante o ano de 2016, na preparação da versão final do Guião de Educação Género e Cidadania para apoio a docentes do ensino secundário (aguarda-se a sua publicação).

**Medida 15** – Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.

Em 2016 a **CIG** promoveu 6 iniciativas de divulgação e de acompanhamento (5 nacionais e 1 internacional), realizadas, respetivamente, em: Almada (1), Odemira (2), Palmela (1), Torres Vedras (1) e em Praga, no Seminário Gender Equality in Education, da Rede EQUINET European Network of Equality Bodies.

**Medida 16** - Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário.

A **CIG** promoveu:

- No âmbito da efeméride “Dia Internacional das Mulheres”, a produção de um Webinar subordinado ao tema “Padrões simbólicos e discriminação”, para o que a DGE convidou a Prof<sup>a</sup> Fernanda Henriques, da Universidade Évora;
- Dia 8 de março, a convite da Escola Básica de Vale de Milhaços, a organização e dinamização de um Workshop para alunos/as do 9º ano, subordinado ao tema “Segregação das Profissões”;
- No âmbito do projeto-piloto “Grupos Aprender, brincar, crescer”, coordenado pela DGE em parceria com várias entidades, a organização e dinamização de um módulo de formação, destinado a monitores/as de crianças que não frequentam jardins-de-infância, subordinado ao tema “Segregação de profissões e o envolvimento das famílias”.

Dando continuidade à parceria iniciada em 2015 com a Associação Corações com Coroa, a **DGE** divulgou o Projeto “CCC vai à Escola” junto de escolas públicas na área de Lisboa, destinado a alunos do 9º ano de escolaridade. “CCC vai à Escola” é um projeto que pretende reforçar a importância de alunos e alunas conhecerem os seus direitos e inclui uma peça de teatro que incide

sobre questões existentes no quotidiano escolar, a ser apresentada em contexto de sala de aula, seguida de exercícios pedagógicos com a turma, liderados por uma técnica da CCC.

Entre as temáticas abordadas salientam-se a violência no namoro, a gravidez na adolescência, a contraceção, o *bullying* e o *cyberbullying*. O modelo de intervenção, assim como o conteúdo do projeto, enquadra-se na área temática da Educação para a Cidadania, com particular enfoque na Educação para a Igualdade de Género e contra a violência. A DGE analisou e validou os materiais produzidos pela associação no âmbito deste projeto.

No âmbito da ação de formação Jornadas de Educação para a Cidadania, para docentes da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, promovida pelo CFAE do Seixal, a **DGE** apresentou um módulo sobre a Educação para a Igualdade de Género (novembro de 2016).

A **DGE** iniciou uma parceria com a Associação Capazes Associação Feminista, para o desenvolvimento de um projeto piloto em escolas do Alto Alentejo, por parte desta associação, que visa a constituição de clubes de alunos do ensino secundário para reflexão sobre temáticas relacionadas com as questões de género.

**Medida 17** – Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação.

Promovidos pela **CIG**, em 2016, foram realizados 9 cursos de formação contínua de docentes, acreditados, sobre o tema Igualdade de Género, Educação e Cidadania, visando a aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania do pré-escolar ao ensino secundário na ESE de Setúbal(1), ESE de Lisboa (1), UBI(1), Faculdade de Desporto da Universidade do Porto(2), U. Aberta (3) e Centro de Formação de Professores Ordem de Santiago (1) em colaboração com a C.M. Palmela, CIG e a ESE de Setúbal. Participaram 158 docentes (78,5% do sexo feminino e 21,5% do sexo masculino).

Durante o ano de 2016 a **APEM** associou-se à Universidade Aberta para a comemoração dos 20 anos do programa de pós-graduação de maior longevidade no sistema universitário português – o Mestrado de Estudos sobre as Mulheres. No dia 15 de fevereiro a APEM apoiou a realização da conferência O impacto do conceito de género nas Ciências Sociais, que teve lugar nas instalações

da Universidade Aberta, Palácio Ceia, em Lisboa, pelas 15h, tendo contado com as comunicações dos Doutores Diogo Ramada Curto (FCSH/CESNOVA) e Teresa Pinto (UAb/CEMRI).

**Medida 18** – Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.

Medida prevista exclusivamente para o ano de 2014 e já executada.

**Medida 19** – Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de financiamento da FCT, I.P., de apoio à investigação em Portugal.

É de reportar que a **CIG** a 27 de dezembro de 2016 assinou um Protocolo de Colaboração com a Universidade de Warwick. Este protocolo pretende estabelecer formas de cooperação na área académica, e dinamização de atividades de promoção da cidadania, tais como:

- Emitir pareceres e/ou proceder ao aconselhamento académico nas áreas de Estudos de Mulheres, de Género e Feministas;
- Assegurar a ligação com outros/as investigadores/as e instituições nacionais e internacionais, nas áreas anteriormente referidas;
- Dinamizar sessões de formação promovidas pela CIG, na área da Educação.

No dia 3 de março de 2016, a **APEM** organizou também a conferência Planes de igualdade y buenas prácticas para la igualdad de género en las universidades de Espanha, que teve lugar no CES, Lisboa, e contou como oradora com a Doutora Mercedes Alcaniz Moscardó, da Universidade Jaime I, Espanha.

Também a **APEM** reportou que:

- A revista *Ex æquo*, que é publicada pela APEM, foi avaliada em julho de 2016 de forma positiva pelo Conselho Editorial da *Scielo* Portugal, tendo-se mantido entre as publicações portuguesas a quem é reconhecida formalmente excelência científica;
- Foram publicados os n.ºs 33 (Dossiê Temático – Género, Profissões e Carreiras: Oportunidades e Desafios) e 34 (Dossiê Temático: Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio) da Revista *ex æquo*, que tem como missão divulgar o conhecimento científico que se vai produzindo na área dos estudos de género, sobre as mulheres e feministas,

como forma de capacitar profissionais de educação para a introdução destas temáticas nas suas práticas e para o uso informado cientificamente de possíveis 'lentes de género';

- Foi desenvolvido o Projeto “Ensino Superior e Políticas Públicas: contributos dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género para a Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens” que terminou em agosto de 2016.

**Medida 20** - Elaborar um estudo sobre a participação das mulheres nos cursos na área das TIC.

Esta medida é referente ao ano de 2015.

**Medida 21** - Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura».

Esta distinção é atribuída por indicação do Ministério da Cultura. No ano de 2016 não foi atribuída uma vez que, a par de outras distinções e prémios nesta área, a calendarização da mesma deverá passar a ser bienal.

**Medida 22** – Divulgar informação relativa à promoção da igualdade de género na cultura.

Procedeu-se à dinamização do «Blogue em Cada Rosto Igualdade», sendo este atualizado numa base diária.

A **UMAR** informou que no âmbito das comemorações do 8 de março no espaço público dinamizou:

- Uma exposição sobre o movimento feminista na Europa: Caravana Feminista – IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres;
- A distribuição de folhetos informativos sobre a história do 8 de março e o trabalho da UMAR na área da IG e direitos das Mulheres, para a sensibilização e consciencialização da comunidade para o combate a todas as formas de violência contra as mulheres;
- Ação de rua, com performance, instalações artísticas, marcha pela cidade distribuição de folhetos informativos de consciencialização para a temática e com estratégias e contactos para a prevenção das violências contra as mulheres;
- A construção de uma manta a partir de retalhos quadrados onde munícipes, alunos/as e dirigentes Municipais de Gondomar descreviam/desenhavam o que para eles/as representava a igualdade. Representações de mais de 300 pessoas cosidas numa manta;

- Uma mostra de cinema composto por 3 filmes feministas transmitidos na Livraria da Confraria Vermelha, a única livraria feminista e de mulheres do Porto:
  - “As horas” - 13 de outubro 2016;
  - “As sufragistas” - 14 de outubro 2016;
  - “Àgora” – 15 de outubro 2016.

## 2.2 – Saúde

**Medida 23** – Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.

Durante o ano de 2016 o **Ministério da Saúde** implementou 7 Ações de sensibilização e formação junto dos profissionais dos ACES, Hospitais e Unidades Locais de Saúde, em conjugação com o V PNPCVD.

O **GRAAL** reportou que deu continuidade à manutenção e atualização do SauDar- Saúde, Género e Migrações (projeto finalizado) e de ações pontuais a pedido de algumas entidades públicas e privadas.

**Medida 24** – Produzir referenciais técnicos sobre igualdade de género em saúde, em matéria de perfis de saúde das mulheres e de saúde dos homens, e de acesso não-discriminatório aos cuidados de saúde.

Não obstante não ter sido reportada nenhuma ação específica, o **Ministério da Saúde** informou que integrou a dimensão de sexo e género na análise dos determinantes em saúde e da situação epidemiológica referente a diversos problemas de saúde.

**Medida 25** – Promover a integração da perspetiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida.

Não obstante não ter sido reportada nenhuma ação específica, o **Ministério da Saúde** reportou que tem vindo a promover a integração da perspetiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida.

**Medida 26** – Assegurar a desagregação por sexo e a análise, sob a perspetiva de género, da informação estatística sobre saúde e dos dados epidemiológicos acerca da população residente em Portugal.

O **Ministério da Saúde** informou que a desagregação dos dados por sexo, na informação estatística recolhida é particularmente relevante no que se refere aos relatórios anuais dos Programas Prioritários do Ministério da Saúde. Na multiplicidade de documentos de informação estatística e epidemiológica publicadas anualmente no âmbito do Ministério da Saúde, constata-se a utilização crescente da desagregação e análise de dados por sexo.

### 2.3 – Juventude e Desporto

**Medida 27** – Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.

Medida executada em parceria com o **IPDJ**, no entanto a informação detalhada não foi disponibilizada pelo organismo responsável.

A **UMAR** reportou a:

- Realização de uma ação de sensibilização no Centro Escolar de Baguim do Monte sobre o tema “Igualdade de Género e Direito das Mulheres” (18 participantes – 11 rapazes/7 raparigas);
- Realização de uma ação de sensibilização no Centro Escolar de Gondomar sobre o tema “Igualdade de Género e Direito das Mulheres” (29 participantes – 13 rapazes; 16 raparigas);
- Realização de uma ação de sensibilização na Obra ABC em Rio Tinto sobre o tema “Dia Internacional da Mulher” (9 rapazes);
- Realização de sessão no 11º L da Escola Secundária de Vila Verde com o tema “Mulheres, Direitos e Lutas: a Igualdade começa na Educação” (26 participantes: 1 rapaz/25 raparigas);
- Realização de sessão no curso vocacional Aprender Agora do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches com o tema “Mulheres, Direitos e Lutas: a Igualdade começa na Educação” (19 participantes: 12 rapazes/7 raparigas);
- Realização de sessão no 5º B da Escola Básica de Prado com o tema “Mulheres, Direitos e Lutas: a Igualdade começa na Educação” (19 participantes: 10 rapazes/9 raparigas);

- Realização de sessão no 10º G da Escola Secundária de Vila Verde com o tema “Mulheres, Direitos e Lutas: a Igualdade começa na Educação” (22 raparigas);
- Realização de acções no âmbito do projeto «Encontros em Igualdade de Género», dirigidas a grupos de diferentes faixas etárias (e no caso das escolas, de níveis de escolaridade diferenciados, do pré-escolar ao 12º ano). As temáticas desenvolvidas incidiram sobre identidades de género e desconstrução de estereótipos (para as/os mais novas/os). A partir da adolescência, as temáticas mais solicitadas foram: violência no namoro, violências de género (a abordagem das problemáticas da violência teve sempre por alicerce a abordagem da Igualdade de género, pelo que não é possível desagregar estas temáticas num formato como este). Muitas destas sessões contemplaram temáticas que cruzam necessariamente as questões da não discriminação em função da orientação sexual (medida 50);
- Implementação de ação de sensibilização sobre Igualdade de Género, dirigida a alunos/as dos cursos profissionais de técnico/a de análises laboratoriais e de técnico/a de gestão do ambiente (Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, em Almada). Nesta sessão participaram 36 alunos/as com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos e 3 professoras.

Entre janeiro e maio de 2016 a **APEM** procedeu ao reforço da dinamização da Rede de Investigadoras/es emergentes na área dos Estudos de Género, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Feministas e à realização das iniciativas da *e-apem* sobre a problemática dos Estudos de Género no Ensino Superior.

A **Associação Espaços - Projetos Alternativos de Mulher e Homens**, reportou que no âmbito do Projeto Empresários Pela Inclusão Social:

- Em parceria com a Fundação Cuidar O Futuro e o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou nos dias 7 e 14 de novembro, na Biblioteca da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto, a Oficina “Maria de Lourdes Pintasilgo: um percurso singular”, respectivamente com 27 jovens (14 raparigas/13 rapazes) do 11º ano de escolaridade e 30 jovens (19 raparigas/11 rapazes) do 10º ano de escolaridade, no âmbito do Roteiro Cidadania em Portugal, promovido pela ANIMAR e pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade; a Escola Básica de Custóias assinalou no dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, através da criação de um mural que permitiu que cerca de 50 jovens estudantes (maioritariamente raparigas) se manifestassem contra a violência, ao longo do dia, especialmente nos

intervalos das aulas, tendo resultado num Manifesto Juvenil repleto de significados e de sentimentos.

O **GRAAL** também informou que procedeu à:

- Divulgação e apoio à delegação de jovens raparigas que o Graal Portugal GIRL EFFECT PORTUGAL / Efeito Rapariga (investe numa rapariga e ela fará o resto)- continuação dos grupos de Coimbra e Funchal) enviou à 60ª sessão (março 2016) e enviará à 61ª sessão (março 2017) da CSW ONU (Comissão sobre o Estatuto das Mulheres);
- Implementação do OUTREACH- projeto com jovens, de ambos os sexos, para reflexão sobre IG e outros temas, onde são dinamizadas ações pela igualdade econtra a violência no namoro.

Também a Organização Não Governamental **EAPN** – Portugal Rede Europeia Anti Pobreza realizou 22 sessões de formação para jovens e crianças, sendo que os principais concelhos abrangidos foram: Arraiolos, Oliveira do Bairro, Oliveira de Azeméis, Évora, Porto, Viseu, Guimarães e Monforte, a descrever:

- A 7 de janeiro, na Escola Cunha Rivara – Arraiolos, sobre Preconceito e Discriminação no âmbito do Parlamento dos Jovens – cerca de 70 crianças/jovens;
- A 14 de setembro, no Centro de Acolhimento Temporário dos Pinheiros, Évora – 30 crianças/jovens;
- A 19 e 21 de dezembro, no Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Ajuda - ATL – 40 crianças;
- A 18 de fevereiro, sessão direcionada para alunos/as do 1º ciclo da Escola da Paradinha sobre “A escola como veículo de inclusão” – Viseu – 21 participantes;
- A 18 de fevereiro, sessão direcionada para alunos/as do 1º ciclo da escola de Loureiro sobre “A escola como veículo de inclusão” - Viseu – 36 participantes;
- A 18 de fevereiro, sessão direcionada a alunos/as do 1º ciclo da Escola de Oliveira de Barreiros sobre “A escola como veículo de inclusão” - Viseu – 21 participantes;
- A 19 de fevereiro, sessão direcionada a alunos/as do 1º ciclo da Escola de S. João da Lourosa sobre “A escola como veículo de inclusão” – Viseu – 53 participantes;
- A 19 de fevereiro, sessão direcionada a alunos/as do 1º ciclo da Escola de Teivas sobre “A escola como veículo de inclusão” Viseu – 21 participantes;

- A 15 de março, sessão direcionada a alunos/as do PIEF da Escola EB2,3 Fernando Távora sobre a importância da escolarização – Guimarães – 11 participantes;
- A 19 de janeiro, apresentação do livro Vardá – Agrupamento de Escolas de Monforte - em parceria com o CLDS Agir – 50 participantes.

Foram desenvolvidas 15 atividades no âmbito dos projetos Escolhas:

- Sessão sobre o Eu e os Outros no âmbito da ação “Ser + Cidadão” – Direitos Humanos e Cidadania – 13 de junho (Bairro das Areias – Rio Tinto);
- Sessão sobre o Eu e os Outros no âmbito da ação “Ser + Cidadão” – Direitos Humanos e Cidadania – 27 de junho (Escola Básica da Triana– Rio Tinto) – Projeto a Escolha é Tua;
- Visita à Exposição “Singular do Plural” e conversa sobre os testemunhos representados na exposição. Esta iniciativa contou com a participação da Maria Gil (atriz de etnia cigana) – 28 de junho;
- Tribunal de Opinião sobre homossexualidade e obesidade - 4 de agosto (Escola Básica da Triana – Rio Tinto) – Projeto a Escolha é Tua;
- 3 Sessões com o Projeto + Social de Vila Real sobre Direitos Humanos e Cidadania nos dias 6 de julho, 28 de setembro e 6 de outubro;
- 3 Sessões sobre o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e a Campanha Pobreza Não promovida pela EAPN Portugal - 6,11 e 13 de outubro - Projeto a Escolha é Tua;
- 3 Sessões sobre a Não-violência e a Luta contra a Violência Doméstica – 4,11 e 18 de novembro - Projeto a Escolha é Tua;
- 1 Sessão de avaliação com os destinatários – 22 de outubro – Projeto A Escolha é Tua – EG6;
- Apresentação da Peça de Teatro “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão” promovida pelo CLC de Leiria a crianças e jovens do Projeto A Escolha É Tua – 20 de dezembro (Rio Tinto – Centro Social de Soutelo);
- Projeto Escolas: Crescer na Cidadania VI;

com as seguintes parcerias: Agrupamento de escolas do concelho de Castelo Branco e agrupamento de escolas do Fundão (Agrupamento de Escolas Afonso Paiva, Agrupamento de escolas Nuno Álvares que engloba escolas EB Cidade de Castelo Branco, EB Faria de Vasconcelos, Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha – Fundão).

**Medida 28** - Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes

Medida executada em parceria com o **IPDJ**, no entanto a informação detalhada não foi disponibilizada pelo organismo responsável.

**Medida 29** – Atribuir o Prémio «Jovens pela Igualdade».

O Prémio “**Jovens pela Igualdade**” promovido pelo **IPDJ** em parceria com a **CIG**, distingue Associações Juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas. Tem como objectivos objectivos:

- Promover a sensibilização dos membros das organizações de juventude, com vista à integração da dimensão de género no seu funcionamento e nas suas iniciativas;
- Encarar o associativismo juvenil como fator de desenvolvimento pessoal que assume um papel fundamental como escola de cidadania e participação democrática, igualitária e respeitadora dos direitos humanos;
- Promover o debate entre os/as jovens sobre as questões da igualdade de género e da cidadania, que questione a divisão tradicional dos papéis femininos e masculinos, alerte para os direitos e responsabilidades que incumbem aos/às cidadãos/ãs tanto na esfera pública, como na privada, evidenciando a mais-valia da participação a nível pessoal e social;
- Estimular a participação equilibrada de raparigas e rapazes em todos os tipos de atividades, em particular no envolvimento na tomada de decisão;
- Promover a representação equilibrada de raparigas e rapazes nos órgãos diretivos e no sistema de representação de associações de qualquer natureza, bem como em comissões ou quaisquer estruturas.

Deste processo de seleção das candidaturas, o júri apurou como vencedora a **Associação SÊ Mais SÊ Melhor** que tem como objetivo primeiro e primário promover o desenvolvimento pessoal, considerando a sua natureza multifacetada: higiene e saúde; educação, formação e profissão; arte, recreação e cultura; ciência e tecnologia; família, dinâmicas relacionais, comunidade e contexto social; cidadania, civismo e ecologia.

**Medida 30** – Promover a participação equilibrada e não discriminatória de mulheres e homens nas modalidades desportivas tradicionalmente praticadas por um dos sexos.

Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida pelo organismo responsável.

A **CIG**, em colaboração com o **INE**, disponibilizou estatísticas desagregadas por sexo com dados sobre a participação desportiva, nas várias modalidades federadas.

## 2.4 – Inclusão Social e Envelhecimento

**Medida 31** – Monitorizar as prestações sociais do subsistema de solidariedade na perspetiva de género.

Na execução desta medida, foi definida, pelo atual MTSSS, a estrutura base de indicadores a acompanhar e as prestações sociais a incluir no relatório, a saber:

- Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Prestações de Desemprego;
- Apoio Judiciário;
- Prestações Familiares;
- Parentalidade;
- Complemento Solidário para Idosos (CSI);
- Pensões.

**Medida 32** – Monitorizar a situação das famílias monoparentais que beneficiem de abono de família, em especial as constituídas por mulheres.

Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida por parte do organismo responsável.

**Medida 33** – Promover ações de prevenção do fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência.

Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida por parte do organismo responsável.

**Medida 34** – Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis.

A **CIG** promoveu 4 ações “Género, Envelhecimento e Violência”. Estas ações de carácter formativo/informativo foram dirigidas a técnicos/as da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana e entidades que dinamizam as políticas locais junto da população idosa, bem como pessoas da própria autarquia. As autarquias abrangidas foram: Bombarral, Coruche, Cadaval e Montijo. O número de pessoas abrangidas foi 65 (50M/15H).

O **Ministério da Justiça** informou que:

A temática de género foi abordada no contexto das seguintes ações de formação ministradas pelo CEJ, ainda que com maior impacto na execução do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Género (V PNCVDG): **Ações Tipo A** (colóquios de 1 dia):

Violência no quadro familiar e para-familiar, 8 de janeiro, Lisboa;

Vítima em Direito Penal 20 de maio, Lisboa;

Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina, 22 de Janeiro, Lisboa;

**Ações Tipo D** (workshop):

Violência doméstica e de género, 22 janeiro, Lisboa;

Violência doméstica e de género, 22 janeiro, Comarca de Braga;

Violência doméstica e de género, 22 janeiro, Comarca de Aveiro.

- O INMLCF, I.P, levou a cabo uma ação de informação dirigida aos jovens em matéria de igualdade;
- O INMLCF, I.P. efetuou uma ação de formação sobre Violência Doméstica e de Género dirigida a profissionais da área da saúde que lidam ou possam lidar com esta problemática no contexto da sua atividade laboral;
- A DGRSP desenvolveu quatro ações de formação/sensibilização na área da prevenção e combate à violência doméstica e de género;
- A DGPJ (em colaboração com a CIG) promoveu duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para os pontos focais da cooperação da área da justiça. Esta iniciativa incidiu sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, Mutilação Genital Feminina e sobre a RCSNU – Mulheres, Paz e Segurança e teve a seguinte participação: 28 de abril – 20 participantes (5H/15M); 4 de julho – 10 mulheres;

- A PJ criou uma caixa de reclamações virtual na intranet para que os/as seus/suas funcionários/as e colaboradores/as possam relatar anonimamente situações nas quais consideram que foram vítimas de tratamento desigual em função do género; trata-se do endereço [igualdade@pj.pt](mailto:igualdade@pj.pt), divulgado numa página que inclui informação sobre igualdade de género e não discriminação, *links*, uma lista clicável de publicações existentes no respetivo Centro de Documentação, bem como uma lista de bibliografia geral sobre desigualdade em geral e de género;
- A Escola de Polícia Judiciária realizou duas ações de formação integradas no Curso Sexologia Forense: da Queixa à Sentença, organizado pelo INMLCF, na Delegação do Sul e na delegação do Centro em Coimbra, destinada a Médicos Forenses; profissionais de Saúde dos serviços de Obstetrícia e Ginecologia, profissionais de saúde da Urgência Geral, Psicólogos, Psiquiatras, Magistrados e Polícias. Envolveram cerca de 130 participantes e foram ministradas pela Dra. Carla Falua (Coordenadora Superior de Investigação Criminal, Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo da Polícia Judiciária), sob o título “ Mutilação Genital Feminina”. Ocorreram a 26 e 28 de Novembro de 2015, em Lisboa, e a 15 de junho de 2016, em Coimbra;

Entre as 22 sessões de formação realizadas pela **EAPN – Portugal Rede Europeia Anti Pobreza** no âmbito da medida 27, conta-se também a sessão realizada a 29 de janeiro, no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, sobre Direitos Humanos e Cidadania (inserido nas atividades do Dia Não Violência e Paz), com cerca de 30 participantes (professores/as e outros/as agentes educativos/as).

**Medida 35 – Promover a alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes e das mulheres das comunidades ciganas.**

A **EAPN – Portugal Rede Europeia Anti Pobreza** reportou que realizou 24 sessões de formação abrangendo 158 jovens e crianças em 5 distritos: Castelo Branco, Évora, Portalegre, Braga e Faro, a descrever:

- Sessão com as famílias de etnia cigana sobre a importância da escolarização – Mourão – 8 de janeiro: 15 participantes;
- Sessão sobre a importância da escolarização no desenvolvimento pessoal e social com os pais do Agrupamento de Escolas de Monforte - em parceria com o CLDS Agir – 19 janeiro: 8 participantes;

- Educação para a Saúde Materno – Infantil para a Comunidade Cigana (dois grupos na Freguesia de Monforte da Beira e zona Urbana Castelo Branco) - 16 de fevereiro;
- Sessão sobre Igualdade de Género: o papel das mulheres nas comunidades ciganas – Biblioteca Municipal de Monforte - parceria com o CLDS Agir – 20 janeiro: 20 participantes;
- Sessão direcionada para pais de etnia cigana sobre a importância da escolarização na Escola Nossa Senhora da Conceição – Guimarães, 15 março: 6 participantes;
- 2 Sessões sobre integração das pessoas de etnia cigana no mercado de trabalho – 15 de abril – Monforte da Beira. Sessões organizadas em parceria com o NLI de Castelo Branco (Junta de Freguesia de Monforte da Beira): 15 participantes em cada uma das sessões (30 no total);
- Sessões direcionadas a mulheres ciganas sobre o Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional com o CLDS de Famalicão (05 de maio, 01 e 14 de junho e 21 de setembro) – 8 sessões no total 15 participantes (2 grupos);
- Sessão sobre Igualdade de Género: o papel das mulheres nas comunidades ciganas – Albufeira – 23 de maio: 10 participantes;
- Sessão sobre Igualdade de Género: o papel das mulheres nas comunidades ciganas – Horta da Areia (Faro) – 24 de maio: 13 mulheres participantes;
- Sessão sobre Igualdade de Género: o papel das mulheres nas comunidades ciganas – Acampamento Azul (Olhão) – 24 de maio: 13 participantes;
- Sessão direcionada a mulheres ciganas sobre Direitos Humanos, mais especificamente sobre o Direito à Educação, com o CLDS de Mourão (Évora) – 14 de Setembro: 20 participantes;
- Sessões direcionadas a mulheres ciganas sobre Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional com o projeto T3tris /Centro Social de Santo Adrião – Braga (3 sessões – 4 e 12 de outubro e 2 de novembro):5 participantes;
- Sessões direcionadas a mulheres ciganas sobre Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional com a Associação AFA (Amares) – Braga (3 sessões – 4 e 12 de outubro e 2 de novembro):7 participantes;
- Parceria: ISS.IP de Castelo Branco, Unidade de Cuidados na Comunidade de CB - Centro Saúde de Santiago.

**Medida 36** – Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas.

A **EAPN – Portugal Rede Europeia Anti Pobreza** reportou que, no distrito da Guarda, implementou 7 Fóruns Participativos “O que eu quero para o meu envelhecimento ativo”, com 180 participantes (com mais de 50 anos) com o objetivo de dar voz aos atuais seniores, às suas expectativas e perspetivas de futuro e com eles/elas iniciar a construção de uma realidade que lhes seja favorável, através de uma metodologia participativa (*world café*) onde os participantes respondem a 4 questões acerca do envelhecimento ativo.

**Medida 37** – Promover ações de formação de profissionais das forças de segurança e de serviços de ação social para as questões de género e envelhecimento.

A **CIG** promoveu um conjunto de ações de formação, que decorreram na área da Grande Lisboa e Porto, destinadas às Forças de Segurança (PSP + GNR) e a profissionais da Segurança Social, subordinadas ao tema “Género, Envelhecimento e Violência.

Foram distribuídos os “Guia para Forças de Segurança” e “Mulheres, Homens e Envelhecimento – Um guia para Serviços de Ação Social”, editadas pela CIG no âmbito do projeto “Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!”.

## 2.5. Ambiente, ordenamento do território e energia

**Medida 38** – Criar condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres.

O **Ministério do Ambiente** reportou que as questões de género são determinantes para o pilar da “demografia urbana” no âmbito da Nova Agenda Urbana, aprovada na recente Habitat III. Nesta, consta uma secção específica para abordar as questões de género nas políticas de ambiente, e em particular a mobilidade.

A **CIG** promoveu em parceria com o IGOT o projeto “GENMOB – Mobilidade de género: desigualdade espaço-temporal” concebido para responder ao PT07 (2º Open Call), sob o Mecanismo Financeiro do European Economic Area (EEA) para apoiar as políticas portuguesas de igualdade de género a promover a conciliação entre o trabalho e a vida privada e aumentar a taxa de emprego como definido na Estratégia Europa.

**Medida 39** – Promover estudos sobre a relação género-energia e género-ambiente, em particular nas temáticas das alterações climáticas e gestão eficiente dos recursos.

O **Ministério das Finanças** informou que prevê que os relatórios sobre o cumprimento do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, relativo a 2016, sejam apresentados na primeira quinzena de abril de 2017.

O **Mistério do Ambiente** reportou que:

- O Projeto *Barómetro da Economia Verde* visa o acompanhamento e atualização permanente de um conjunto de indicadores, concebido como contributo para aferir o desenvolvimento da Economia Verde em Portugal, favorecendo a monitorização e o ajustamento de medidas de política pública. Aqui, procurou-se medir a Igualdade de Género no que respeita ao Emprego Verde (que inclui as atividades centradas no Ambiente, incluindo a Energia)<sup>7</sup>;
- As “Notas SG” (publicadas no site da SG MAMB<sup>8</sup>) visam sinalizar acontecimentos, estudos, documentos e estatísticas relevantes para a Sustentabilidade e Globalização, no âmbito desta temática:
  - A "participação das mulheres" é uma das componentes estratégicas para a Sustentabilidade na agenda do G-20;
  - Síntese dos objetivos de "inclusão" inseridos no OE-2017 para o Plano de Simplificação e Modernização Administrativa;
  - A DGT coordenou a elaboração do relatório nacional da HABITAT III, no qual as questões de género são determinantes para o pilar da "demografia urbana" no âmbito da Nova Agenda Urbana.

A **CIG** promoveu, em parceria com o IGOT, o projeto “GENMOB – Mobilidade de género: desigualdade espaço-temporal”, concebido para responder ao PT07 (2º Open Call), sob o Mecanismo Financeiro do European Economic Area (EEA) para apoiar as políticas portuguesas de igualdade de género a promover a conciliação entre o trabalho e a vida privada (Ver medida 38).

---

<sup>7</sup> Ligação: <http://www.sg.mamb.gov.pt/barometro-sg-economia-verde>;

<sup>8</sup> Ligação: <http://www.sg.mamb.gov.pt/notas-sg>

**Medida 40** – Promover o mainstreaming da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia promovidos pelo MAOTE, identificando oportunidades e as medidas win-win que promovam a igualdade de género e de oportunidades, a proteção do ambiente e o crescimento económico.

O **Ministério do Ambiente** reportou que:

- Foram emitidas instruções pelo Gabinete do Ministério do Ambiente à SG para que nos seminários organizados no âmbito do MAMB em que sejam necessários hospedeiros/as se contratem pelo menos em paridade homens e mulheres, tendo em conta que é uma função em que estão sobre representadas mulheres em clara associação a estereótipos de género.;
- A Conselheira traduziu num documento único a informação disponível no portal *Mainstreaming* de Género, no âmbito das políticas de ambiente (transporte e alterações climáticas) e disponibilizou a mesma para todos os pontos focais. A mesma também está acessível na página da Igualdade do site da secretária-geral<sup>9</sup>;
- O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume (entre outros) os compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal” que contemplam 4 medidas, a aplicar em todas as empresas do grupo:
  - Garantir o cumprimento do Plano para a Igualdade do Género;
  - Promover a diversidade;
  - Obter a certificação segundo a norma SA8000;
  - Promover a mobilidade interna.

---

<sup>9</sup><http://www.sg.mamb.gov.pt/igualdade-de-genero>).

### Área Estratégica 3 – Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

**Medida 41** – Reforçar junto das empresas do setor privado a implementação de planos de igualdade.

A **CIG**, como operadora do programa PT07 Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada (*EEA Grants*- Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014), aprovou uma candidatura específica para o desenvolvimento de instrumentos e métodos promotores de igualdade de género nas empresas, o projeto “Break Even”, liderado pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão-ULisboa, em parceria com o Cesis - Centro de Estudos para a Intervenção Social, CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ULisboa), e o Centro de Investigação em Género (Centre for Gender Research), da Universidade de Oslo.

Este projeto teve como objetivos:

- Desenvolver instrumentos à “medida” da realidade de cada empresa envolvida no projeto, de modo a promover a igualdade entre mulheres e homens;  
Conceber metodologias específicas de redução das assimetrias de género nas remunerações e na esfera da tomada de decisão e da liderança;
- Oferecer um processo de transferência e partilha de know-how em todas as fases inerentes à mudança organizacional, procurando garantir a sustentabilidade da mesma;
- Abranger empresas de diversas dimensões (PME, cotadas em bolsa e Setor Empresarial do Estado);
- Divulgar os resultados do Projeto, através da recolha de boas práticas (vídeo) e sua disseminação nas redes sociais e plataforma, da organização de uma conferência de encerramento e de publicações em revistas nacionais e/ou internacionais, bem como de artigos para disseminação na imprensa.

Durante o ano de 2016, a equipa do projeto elaborou Planos para a Igualdade que permitiram às empresas uma abordagem qualificada e inovadora de intervenção para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, através da otimização dos sistemas de gestão, dos modelos de organização do trabalho e dos processos tomada de decisão, além da melhoria do clima interno e

do desempenho organizacional. Foram envolvidas para a promoção da Igualdade de Género sete Empresas-Âncora: APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., CTT – Correios de Portugal, Grupo Dorisol, Grupo Pestana (Pestana Management – Serviços de Gestão, S.A.), INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A, Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., e L'Oréal Portugal<sup>10</sup>.

**Medida 42** – Monitorizar a aplicação do regime jurídico do setor empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração.

A **CIG** colaborou na execução desta medida, promovendo formação para a implementação de planos para a igualdade nas empresas do setor empresarial do Estado.

Em 2016, a **CIG** realizou 4 ações de formação sobre igualdade de género nas empresas do SEE: Infraestruturas de Portugal; Gebalis e Parpública, participações públicas SGPS e no Centro Hospitalar de Setúbal. Foram abrangidas 65 pessoas (6H/51M).

**Medida 43** – Considerar como critério de desempate na seleção de projetos de empresas concorrentes a fundos da política de coesão a representatividade de mulheres nos conselhos de administração dessas empresas.

Este critério foi consagrado no n.º 3 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o qual estabelece as regras gerais dos FEEI (fundos europeus estruturais e de investimento).

**Medida 44** – Promover o empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas.

Na execução desta medida, destacam-se as seguintes ações:

- A **CIG** foi uma das parceiras estratégicas do projeto UAW – United at Work (Promover o Empreendedorismo Intergeracional), promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

---

<sup>10</sup> <http://www.igempresas.org/>

- Da linha de financiamento da Comissão Europeia, foram contemplados 17 projetos de mulheres empreendedoras, nos setores de atividades nas áreas da cultura, da saúde e do património;
- No âmbito do acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito, foram aprovados 269 projetos, posteriormente submetidos a entidades bancárias, para criação “do próprio emprego” e para expansão ou consolidação de microentidades. Foram abrangidas 108 mulheres, que beneficiaram de microcrédito, no âmbito do protocolo assinado entre a CIG e a CASES;
- A **CIG**, enquanto membro da REDE RSO PT, e em parceria com a Universidade Aberta, a Fundação AIP, o CECOIA, o Tree-Institute e o WIF-Partners, promoveram a dinamização da 2ª edição do Curso de “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis”, formação de 52 horas, em sistema de b-learning. Foram abrangidas 50 pessoas (8H/42 M);
- Também em parceria com o IAPMEI, a **CIG** participou na iniciativa da Rede de Mulheres PME Lider, que teve lugar no Porto;
- A **CIG** participou ainda, na iniciativa da Women WinWin, um evento de partilha de experiências de negócios promovidos por Mulheres Empreendedoras, que teve lugar em maio, na Culturgest;
- No âmbito da iniciativa Portugal Economia Social, a **CIG** promoveu um Seminário “Mulheres, Inovação e Competitividade”, que teve lugar no dia 20 de maio, no Parque das Nações. Esta iniciativa teve o Alto Patrocínio do Presidente da República, do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, da Secretária de Estado para a Cooperação, da Embaixadora de Israel, e dos seguintes parceiros: Fundação PT, Universidade Aberta, Fundação AIP, IAPMEI, Gebalis, Associação de Jovens Empresários, entre outros. Estiveram presentes e inscritos 295 participantes (180M/115H);
- A **CIG** fez, ainda, uma comunicação sobre empreendedorismo feminino, no evento do Dia da Europa – 4ª Bolsa de Empreendedorismo, que teve lugar no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, no dia 9 de maio;
- A **CIG** participou no projeto promovido pela Comissão Europeia sobre o Empreendedorismo Feminino, tendo sido lançada a plataforma europeia WEGATE, no dia 30 de setembro, em Bruxelas.

A **UMAR** organizou a 2ª edição do curso b-learning Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis: “Combater as Desigualdades em prol do Desenvolvimento”, como parte integrante

do II Curso “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis”, no âmbito do Grupo de Trabalho (GT6) da Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações (RSO.PT). Neste âmbito, foram feitas 2 comunicações no painel “Combater as Desigualdades de Género”, moderado pela Rosário Fidalgo da CIG; Cláudia Múrias sobre “Boas práticas na prevenção do assédio sexual no trabalho” e Elsa Branco sobre “Inserção profissional: do paradigma às oportunidades laborais das mulheres em contexto de violência nas relações de intimidade”.

**Medida 45** – Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres agricultoras.

As organizações não-governamentais representativas do sector agrícola, envolvidas na execução desta medida, são a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

As associações pertencentes a cada confederação, sob a sua coordenação, promovem o levantamento do número de agricultoras associadas; e ações de divulgação/sensibilização (ações de formação sobre empreendedorismo e outras):

- Estima-se que a CAP, que conta com 238 Organizações de Agricultores associadas, represente em Portugal, indiretamente, através dessas mesmas organizações, cerca de 50000 produtoras agrícolas;
- Através dos Protocolos celebrados com o ex-MAM, a CAP coordena, forma e apoia as 293 organizações que assinaram protocolos para elaboração das candidaturas ao Regime de Pagamento Único (RPU) e também ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA);
- Quanto à CONFAGRI, o valor médio da percentagem de mulheres associadas em cooperativas agrícolas no seu âmbito é de 25,48%;
- Quanto à AJAP, contabiliza 1025 mulheres associadas. (dados do ano de 2015).

**Medida 46** – Avaliar a evolução das diferenciações salariais entre mulheres e homens em Portugal, por ramos de atividade.

Para execução desta medida, a **CIG** acompanhou o Projeto GenturII, da Universidade de Aveiro, sobre as disparidades salariais. O Projeto foi financiado pela FCT e a CIG acompanhou o projeto na qualidade de parceiro institucional na disseminação dos resultados. Até ao momento não foi

produzido relatório.

**Medida 47** – Promover ações de sensibilização e divulgação da dimensão da igualdade de género, no sentido da sua integração nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

No âmbito desta medida, a **CITE** promoveu a realização de ações de formação/sensibilização em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família-vida pessoal para negociadores/as coletivos e parceiros sociais em geral. O objetivo consistiu em habilitar os/as formandos/as a proceder à integração transversal da dimensão de género nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), bem como noutras medidas e ações, no exercício da sua atividade e das atividades da entidade onde exercem funções.

**Medida 48** – Divulgar os instrumentos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

O PT07 “A Integração da Igualdade de Género e a Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada”, sob coordenação da CIG, teve como principal objetivo combater as desigualdades existentes ao nível da situação das mulheres no mercado de trabalho e, também, ao nível da conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, através do financiamento de projetos como: o “Livro Branco: Homens e Igualdade de Género em Portugal”, o “Inquérito Nacional aos Usos do Tempo - INUT” ou o “Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho em Portugal”, cujas recomendações serão tidas em conta nas futuras medidas de política pública.

A **CIG** ministrou as seguintes ações, em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:

- Na ação para técnicos/as do ACM – Alto Comissariado para as Migrações, em dezembro, onde estiveram 15 participantes (1H/14M);
- No âmbito da unidade curricular de Ética e Responsabilidade Social da Licenciatura em Gestão, do ISCAL, onde estiveram presentes mais de 50 alunos/as;
- Na Rede Social da Câmara Municipal de Oeiras, em dezembro, onde estiveram presentes mais de 100 participantes de ambos os sexos;
- No Departamento de Mulheres Socialistas, da FAUL, onde estiveram presentes mais de 25 participantes de ambos os sexos.

A **CIG** participou na Comissão Técnica 179: Organizações Familiarmente Responsáveis – CT 179 e contribuiu com conteúdos para o sistema de gestão sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (Norma de Certificação), que possibilite a certificação das empresas e entidades empregadoras. A Sessão Pública de apresentação deste sistema decorreu no dia 16 de dezembro, no CIUL, em Lisboa.

**Medida 49** - Distinguir boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas.

Para a execução desta medida foram realizadas as seguintes iniciativas:

- A 31 de março, a CIG, a CITE, o INR, o Grace, a Fundação Aga Khan, o ISCTE, e o ACM promoveram uma Sessão Pública no Palácio da Ajuda, para apresentação da Carta Portuguesa para a Diversidade, onde estiveram presentes mais de 200 participantes e contou com a presença das Secretárias de Estado para a Cidadania e Igualdade e da Inclusão. Foram promovidas diversas reuniões para implementação da atribuição do Selo da Diversidade;
- A 8 de março, no âmbito do protocolo entre a CIG e a APEE, a CIG participou no toque da Bolsa de Lisboa, no âmbito da celebração do Dia Internacional das Mulheres pelo Network Global Compact – Women’s Empowerment, seguido de debate sobre o empoderamento das mulheres na vida económica;
- A CIG, a CITE e a APEE promoveram em conjunto a Semana da Responsabilidade Social de 2016, dedicada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A CIG e a CITE realizaram um evento sobre o tema do ODS5, que teve lugar no dia 1 de junho, nas instalações da Culturgest;
- A CIG e a CITE procederam à revisão do regulamento e das grelhas de avaliação, bem como a criação da metodologia de avaliação do Prémio “Igualdade É Qualidade”(PIQ). O prémio foi lançado entre 15 de setembro e 15 de novembro, tendo o prazo sido prorrogado até 15 de dezembro. Foram submetidas 7 candidaturas;
- A DGAE e a CIG promoveram uma iniciativa conjunta de divulgação do Guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado às empresas, produzido pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e analisado pela CIG e DGAE. Este instrumento está organizado em três cadernos independentes: Violência doméstica e de género e entidades empregadoras: conhecer para agir; Guião de boas práticas para a prevenção e combate da violência doméstica e de género, destinado às empresas; e Recomendações para a

prevenção e combate da violência doméstica e de género nas empresas.

## Área Estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género

**Medida 50** – Sensibilizar a população para a não discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.

No decorrer de 2016, todas as ações de sensibilização realizadas pela **CIG** tiveram um módulo sobre as questões LGBTI.

A **UMAR** reportou:

- Realização de 2 ações de sensibilização através das leituras públicas do livro “A minha família é a melhor do mundo. E a tua?” por 8 alunas na Escola Básica de Prado;
- Realização da Marcha contra a Bifobia, Intersexofobia, Homofobia, Lesbofobia, Polifobia e Transfobia de Coimbra a 17 de Maio;
- Organização mensal de festas LGBTQI+ para a promoção de espaços de convívio inclusivos e para a angariação de fundos para a PATH – Plataforma Anti Transfobia e Homofobia;
- As ações realizadas no âmbito do projeto «Encontros em Igualdade de Género» (medida 27), dirigidas a grupos de diferentes faixas etárias (e no caso das escolas, de níveis de escolaridade diferenciados, do pré-escolar ao 12º ano) contemplaram temáticas que cruzam necessariamente com as questões da não discriminação em função da orientação sexual.

**Medida 51** – Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.

Esta medida só prevê a realização de campanhas em 2015 e 2017. Em 2016, a **CIG** continuou a divulgar a campanha “não lhes feches a porta” dirigida aos jovens LGBTI.

**Medida 52** – Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.

No decorrer de 2016, a **CIG** integrou um módulo específico na formação das Conselheiras e Conselheiros e membros das Equipas Interdepartamentais para a Igualdade.

Também o **Ministério da Justiça** reportou que todas as atividades que dão cumprimento a esta

medida estão vertidas na Medida 34.

O **Ministério da Administração Interna** reportou que, no âmbito do Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas realizado pela GNR em dezembro, foi efetuada a sensibilização em matéria de orientação sexual e identidade de género (78 formandos/as: 64H/14M).

**Medida 53** - Promover a elaboração de um estudo sobre crimes motivados pelo ódio.

O **Ministério da Justiça** informou que:

- Foi dada continuidade aos trabalhos desenvolvidos no contexto da participação no grupo de trabalho destinado exclusivamente ao combate aos crimes de ódio, criado pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) (GT “Hate Crimes”);
- A Conferência organizada pela FRA, em cooperação com a Presidência Holandesa do Conselho da União Europeia, em Amesterdão, nos dias 28 e 29 de abril, assinalou o lançamento oficial do *Compendium de Boas Práticas sobre o combate ao crime de ódio*. Este *compendium* resulta dos trabalhos desenvolvidos no contexto do Grupo de Trabalho para o “Combate ao Crime de Ódio”, criado no seio da FRA em 2014, tendo Portugal, representado pela DGPJ, participado ativamente nos trabalhos de pesquisa e de estabelecimento de critérios para a seleção das melhores práticas. Entre estas, mereceu destaque a prática portuguesa “Partnership between the police forces, the judiciary and the ILGA Portugal (LGBTI NGO) on training on hate crime”<sup>11</sup>.

**Medida 54** – Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.

O **Ministério do Ambiente** reportou a participação do IHRU, I. P., no âmbito dos trabalhos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, na Defesa dos 15.º e 17.º Relatórios Nacionais de implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial junto do respetivo Comité nas Nações Unidas em Genebra.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** informou que:

---

<sup>11</sup> <http://fra.europa.eu/en/theme/hate-crime/compendium-practices>

- Através das nossas Embaixadas em países fora da UE, Portugal acompanhou e participou na aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI;
- Contribuiu para a elaboração do documento “LGBTI Master Messages”, adotado pela UE com o objetivo de divulgar pelas missões UE e Embaixadas dos EMUE nos países Africanos;
- Remeteu elementos para o relatório da UE sobre a implementação das Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 sobre Mulheres, Paz e Segurança, incluindo a colaboração no processo de revisão dos respetivos indicadores;
- Portugal enviou vários contributos/relatórios para organizações internacionais dando conta do respetivo cumprimento das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género;
- Foram enviados ao Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos elementos de resposta ao Questionário do Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada com mulheres e raparigas;
- Enviou, também, ao Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos um contributo no quadro da resolução A/HRC/RES/30/15, sobre o Direito ao Trabalho, designadamente de mulheres;
- Foram acompanhados os trabalhos do Grupo das Questões Sociais, no quadro da vertente EPSCO do Conselho da UE, com participação ativa, a nível técnico e político, das autoridades nacionais nas atividades legislativas e não-legislativas desenvolvidas no âmbito do combate à discriminação e promoção da igualdade de género.

## Área Estratégica 5 – Organizações não-governamentais

**Medida 55** – Apoiar as ONG na realização de projetos e de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/99, de 26 de maio, compete ao Estado prestar apoio técnico e financeiro às Associações Não-Governamentais de Mulheres – ONGM.

Em 2016, foram atribuídos € 90 000 às seguintes ONGM, nos termos do Despacho da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, datado de 14 de julho de 2016:

- ADDIM – Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres;
- APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres;
- APMJ - Associação Portuguesa de Mulheres Juristas;
- Associação Plano i - Associação Plano i Para a Igualdade e a Inclusão;
- Mais Incomum – Associação para a Intervenção Social, Cultural e Recreativa;
- MDM – Movimento Democrático de Mulheres;
- Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura;
- REDE - Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade e Oportunidades entre Mulheres e Homens;
- UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

**Medida 56** – Cooperar com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação.

A **APEM** continua a representar as ONGM com assento no Conselho Consultivo da CIG – do qual é membro efetivo, no Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Grupo de Trabalho de Acompanhamento do V PNI, participando assiduamente nas respetivas reuniões.

**A Associação Espaços - Projetos Alternativos de Mulheres e Homens**, em parceria com o Instituto Paulo Freire Portugal, com o Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e com o Centro de Recursos Paulo Freire, reportou que:

- Organizou, no dia 19 de janeiro, a II Tertúlia Dialógica, dinamizada por Lúcia de Fátima Jesus, a partir do primeiro capítulo de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire;
- Organizou, no dia 18 de fevereiro, a III Tertúlia Dialógica intitulada "Cooperativismo e Cooperação", moderada por Eunice Macedo (IPFP e CIIE-FPCEUP), na FPCEUP. O ponto de partida para a partilha de ideias e discussão foi o documentário "Linha Vermelha" de José Filipe Costa [80 minutos]. No final, Manuel Gama fez uma breve apresentação do “2CN-CLab”: Um laboratório criativo para promover as redes de cooperação cultural”;
- Organizou, no dia 17 de março, a IV Tertúlia Dialógica intitulada "O diálogo como matriz de uma pedagogia e ação cultura libertadoras" na FPCEUP, dinamizada por Álvaro Pantoja a partir do terceiro capítulo da “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire;
- Organizou, no dia 2 de maio, a sessão “Intervenção Artística na Comunidade”, no âmbito do Ciclo “Educação, Resistência e Ação”, dinamizada por Walter Almeida.

**A Associação Espaços – Projetos Alternativos de Mulher e Homens**, em parceria com a Fundação Cuidar O Futuro, reportou que:

- Organizou, no dia 27 de outubro, no Edifício Municipal do Campo Grande, uma sessão com 19 profissionais (18M/1H) das entidades pertencentes ao Conselho Municipal para a Igualdade de Lisboa, no âmbito do "Roteiro Cidadania em Portugal";
- Em parceria com o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou no dia 7 de novembro, na Biblioteca da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto, a Oficina “Maria de Lourdes Pintasilgo: um percurso singular”, com 27 jovens (14 raparigas/13 rapazes) do 11º ano de escolaridade, no âmbito do “Roteiro Cidadania em Portugal”;
- Em parceria com a Junta de Freguesia do Bonfim e o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou o Workshop "Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado", no dia 7 de novembro, na Biblioteca da Escola Secundária Alexandre Herculano, com 17 profissionais (14M/3H) das entidades da Comissão Social da Freguesia do Bonfim, no âmbito do "Roteiro Cidadania em Portugal";
- Em parceria com o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou no dia 14 de novembro, na Biblioteca da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto, a Oficina “Maria de Lourdes Pintasilgo: um percurso singular”, com 30 jovens (19 raparigas/11 rapazes) do 10º ano de escolaridade, no âmbito do “Roteiro Cidadania em Portugal”;
- Em parceria com o Projeto Empresários Pela Inclusão Social (EPIS) e a Escola Básica de Custóias, assinalou no dia 25 de novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da

Violência Contra as Mulheres, através da criação de um mural que permitiu que cerca de 50 jovens estudantes (maioritariamente raparigas) se manifestassem contra a violência, ao longo do dia, especialmente nos intervalos das aulas, resultando num Manifesto Juvenil repleto de significados e de sentimentos.

**Medida 57** – Promover a utilização de materiais produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos pelas ONG, promotores de igualdade de género.

O Centro de Informação e Documentação da **CIG** criou uma coleção especial (acessível através do Repositório Igualdade de Género e na Biblioteca Madalena Barbosa) que reúne, preserva e disponibiliza recursos de informação promotores da igualdade produzidos por ONG portuguesas.

Todos os materiais produzidos pelas ONG no âmbito da Igualdade de género são usados e divulgados pela **CIG** através dos canais de comunicação institucionais.

## Área Estratégica 6 – Comunicação Social

**Medida 58** – Sensibilizar os(as) profissionais e estudantes de ciências da comunicação para a importância da produção de conteúdos mediáticos sobre o tema da igualdade de género e não-discriminação.

A **CIG** iniciou em 2016 a promoção de seminários formativos sob o tema "A informação tem Género?", dirigidos a estudantes e profissionais de comunicação, em parceria com o CENJOR e diversas instituições de ensino superior que possuem cursos nas áreas da comunicação com a qual a CIG estabeleceu protocolos de cooperação com vista à introdução da dimensão de género nas suas práticas e curricula.

Nos dias 12 e 13 de dezembro teve lugar o primeiro conjunto de seminários formativos (8 horas) na Universidade do Minho, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Ciências Sociais e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Frequentaram estes seminários, 43 pessoas, maioritariamente estudantes e docentes e investigadores/as. 7 Jornalistas daquela região estiveram também presentes.

A **CIG** associou-se à «4ª edição da Semana da Comunicação Social», da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, que decorreu entre os dias 4 e 8 de Abril, onde estiveram presentes 565 pessoas. No âmbito dessa iniciativa dirigida a docentes e discentes daquela escola, em particular dos cursos de licenciatura em comunicação social, teve lugar no dia 7 de Abril, uma conferência intitulada "Mulheres e Media", onde estudantes da licenciatura de comunicação social apresentaram trabalhos curriculares sobre estereótipos de género na comunicação social, e que contou com 57 participantes.

**Medida 59** - Monitorizar, de forma permanente e sistemática, os conteúdos mediáticos (jornalísticos e publicitários) identificando mensagens sexistas e estereotipadas

Esta medida só é executada em 2017.

**Medida 60** – Criar, em parceria com empresas de comunicação social, o conteúdo de um programa televisivo sobre igualdade de género e não-discriminação.

Medida executada em 2014 e 2015.

**Medida 61** - Celebrar protocolos com instituições de ensino superior que ministram cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.

A **CIG** celebrou protocolos com:

- A Universidade da Beira interior com vista à introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação no curso de Ciências da Comunicação;
- A Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa com vista a introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação no curso de Ciências da Comunicação.

## Área Estratégica 7 – Cooperação

### 7.1 – Relações Internacionais – Cooperação bilateral e multilateral

**Medida 62** – Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais.

Ao nível da União Europeia, a **CIG** participou em:

- Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género (duas reuniões anuais): Seminários de boas-práticas (debate entre representantes governamentais, peritos/as independentes e outras partes interessadas, com o objetivo de facilitar a divulgação de boas práticas nacionais na promoção da igualdade de género):
  - Seminário em Londres, nos dias 28 e 29 de abril, onde foram examinadas e discutidas as boas práticas do Reino Unido e Itália no combate à MGF, casamento forçado e outras práticas nocivas através de legislação, melhoria dos elementos de prova sobre MGF, e o papel da formação e sensibilização;
  - Seminário na Eslovénia, em junho, sobre medidas de política para promoção de mulheres em cargos de decisão política, onde foram apresentadas iniciativas legislativas, nomeadamente leis de quotas, e ações de sensibilização;
  - Seminário em Bruxelas, nos dias 28 e 29 de novembro, para partilha de conhecimento relativo a políticas, a medidas legislativas, a instrumentos de sensibilização na área da igualdade de género. Este evento tem como enquadramento o Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género da Comissão Europeia 2016-2019. O objetivo principal consistiu em analisar resultados do Projeto de troca de boas práticas e apresentar algumas práticas que foram transferidas para outros países resultante deste Programa;
- Comité Consultivo para a Igualdade entre mulheres e homens;
- EIGE:
  - Management Board: 27ª Reunião do Conselho de Administração do EIGE, nos dias 22 e 23 de novembro, Vilnius;
  - Reuniões Técnicas: Reunião sobre Orçamentos Sensíveis ao Género, nos dias 23 e 24 de novembro, Vilnius;
- EQUINET: várias reuniões dos Grupo de Trabalho, Seminários, e Assembleia Geral;

- EU Task-Force 1325: reunião em Bruxelas, no dia 27 de outubro. A Task Force visa aumentar a coordenação interinstitucional e promover uma abordagem coerente para as questões de género. É composta por funcionários/as que trabalham na igualdade de género e nas questões de segurança no Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), no Secretariado do Conselho e nos serviços da Comissão Europeia e é aberto à participação dos Estados-Membros da UE. Uma troca de informações aberta entre os Estados-Membros é organizada uma vez por ano com vista a discutir a implementação da Resolução 1325, ao nível nacional, tendo em vista partilhar as melhores práticas e identificar interesses comuns, bem como identificar dificuldades no passado e apreender lições para o futuro.

Ao nível do Conselho da Europa, a **CIG** participou em 3 reuniões e atividades da Comissão da Igualdade de Género (Gender Equality Commission):

- Duas reuniões de trabalho que reforçaram o estatuto do Conselho da Europa como ator principal em matéria de igualdade de género, nomeadamente através da promoção das suas normas progressistas e da partilha de boas práticas;
- Reuniões de peritos nacionais da Comissão da Igualdade de Género, do Conselho da Europa tiveram como objetivo de dar continuidade aos trabalhos da estratégia definida na Estratégia para a Igualdade de Género 2014-2017;
- Conferência de balanço da aplicação da Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2014-2017, durante os dias 29, 30 de Junho e 1 de julho, em Tallin, na Estónia, que reuniu membros do GEC, Conselho da Europa de Igualdade de Género, Relatores (GER) de outras comissões do Conselho da Europa, decisores de alto nível de alguns Estados-Membros, bem como uma série de organizações internacionais, incluindo a Comissão Europeia e ONU Mulheres, e algumas pessoas da sociedade civil. Foram feitas recomendações aos Estados Membros e ao Conselho da Europa, e iniciou-se a discussão sobre a próxima estratégia com especial enfoque em dois tópicos específicos: (1) a integração da perspetiva de género e (2) o impacto das redes sociais.

Ao nível da ONU, a **CIG** participou:

- Na 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, de 14 a 24 de março, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, dedicada ao tema «O Empoderamento das Mulheres e a sua Ligação ao Desenvolvimento Sustentável», integrando a delegação nacional chefiada pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, sendo de destacar:

- Participação da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (SECI) no debate geral, em língua portuguesa, bem como na mesa redonda sobre o fortalecimento dos quadros normativos, legais e políticos para a igualdade de género e empoderamento das mulheres;
- Participação da SECI no diálogo ministerial interativo com a sociedade civil sobre “Building alliances for gender-responsive implementation of the 2030 agenda for sustainable development”;
- Participação da SECI nos eventos paralelos sobre (i) “Programme on Women, Peace and Security: From United Nations Security Council Resolutions 1325 to 2242”; (ii) “A gender perspective on refugees responses”; (iii) “The roadmap to realizing rights: Every Women, Every Child’s – Global Strategy for women’s, children’s and adolescents’ health”; (iv) Eliminating female genital mutilation: a key step in achieving the sustainable development goals”;
- Envolvimento ativo de Portugal nas negociações da Declaração UE proferida na 60ª CSW, e na negociação, em nome da UE, das Conclusões Acordadas que foram adotadas por consenso (ver referência à participação da CIG neste contexto), contribuindo nas diferentes áreas em debate, nomeadamente: educação, acesso à água e ao saneamento mas, sobretudo, na violência contra mulheres e raparigas e sociedade civil (incluindo, pela primeira vez, referências a grupos feministas e defensoras dos direitos das mulheres);
- No exame CERD, integrando a Delegação Nacional que defendeu os 15º a 17º Relatório Nacional sobre a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação Racial, que teve lugar em Genebra, nos dias 29 e 30 de novembro.

Ao nível da OSCE, a **CIG** participou na Conferência “A case for inclusive peace and security: how to accelerate the implementation of UNSCR 1325?”, organizada pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e para a Família, Pessoas Idosas, Mulheres e Juventude da Alemanha, que teve lugar em Berlim, em 18 de novembro. Este evento visou reforçar o papel das mulheres na gestão de conflitos e a proteção das mulheres em conflitos violentos, e discutir e refletir sobre o estado de implementação da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (WPS).

Ao nível da Rede Europeia Governamental de Pontos Focais LGBTI, a **CIG** participou nas 16ª e 17ª Mesas Redondas, nos dias 11 e 12 de maio, em Copenhaga, e nos dias 17 e 18 de novembro, em Estrasburgo, respetivamente.

Ao nível dos EEAGrants, a **CIG** participou na reunião de “Programme Operators and Donor Programme Partners of the Gender Programmes EEA and Norway Grants”, nos dias 24 a 25 de novembro, em Bruxelas.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou, no quadro da UE:

- Participação ao nível técnico no Grupo Questões Sociais e ao nível político, no Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO), sendo de destacar:
  - No contexto das presidências neerlandesa e eslovaca do Conselho, a adoção de um conjunto de conclusões nesta área, nomeadamente as relativas ao Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género e à lista de ações para promover a igualdade das pessoas LGBTI, elaborados pela Comissão. Foram ainda adotadas pelo Conselho, as conclusões sobre as mulheres e a pobreza;
  - Acompanhamento da negociação da proposta de Diretiva do Conselho que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual (Diretiva Anti discriminação), contudo sem avanços significativos (em discussão desde 2008);
  - A proposta de Diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador de empresas cotadas em bolsa e a outras medidas conexas (Diretiva Quotas), não esteve na agenda de nenhuma das presidências de 2016;
  - Início da negociação da proposta de Diretiva relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços (Diretiva Acessibilidade). Um grande número de delegações mantém reservas gerais sobre a proposta, enquanto algumas ainda estão a analisar as sugestões da Presidência. Portugal acolhe e apoia os seus principais objetivos;
  - Relativamente às questões da paternidade e conciliação da vida profissional com a vida familiar, continua a aguardar-se, sem prazo previsto, uma nova proposta da Comissão após a retirada da mesa negocial da Diretiva Maternidade;
- No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, Portugal participou no Grupo de Peritos de Género da Comissão Europeia que definiu e preparou o novo Plano de Ação de Género 2016-2020, acompanhando a implementação do mesmo e o alinhamento das políticas de cooperação dos EM com o ODS 5 e com a transversalidade das questões de género;

- No âmbito do COHOM (Grupo de Trabalho do Conselho para os Direitos Humanos a nível da Ação Externa da UE):
  - Defendeu que fosse dada prioridade a todas as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e ao combate a todas as formas de violência contra as mulheres, nomeadamente a violência doméstica;
  - Participou ativamente nas discussões sobre matérias relacionadas com a agenda mulheres, paz e segurança, nomeadamente com a Enviada Especial da UE Mara Marinaki;
  - Contribuiu ativamente para várias Conclusões do Conselho, adotadas ao longo de 2016, sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.

**O Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou, no quadro das Nações Unidas:

- Conselho de Direitos Humanos (CDH):
  - Nas sessões de março, junho e setembro, enquanto membro do CDH, Portugal (MNE em estreita articulação com a CIG) apoiou todas as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica;
  - Portugal copatrocinou as seguintes Resoluções neste âmbito:
    - Resolução sobre Eliminação da discriminação contra as mulheres (A/HRC/RES/32/4), adotada por consenso, após a rejeição de várias emendas da Federação da Rússia;
    - Resolução sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças (A/HRC/RES/32/3), adotada por consenso;
    - Resolução sobre o Direito à Nacionalidade – direitos iguais à nacionalidade para mulheres na lei e na prática (A/HRC/RES/32/7), adotada por consenso;
    - Resolução sobre o impacto de formas múltiplas e intercetivas de discriminação e violência no contexto de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relativa a todos os direitos humanos das mulheres e raparigas (A/HRC/RES/32/17), adotada por consenso;
    - Resolução sobre a aceleração de esforços para eliminar a violência contra as mulheres: eliminação da violência contra as mulheres indígenas, (A/HRC/RES/32/19) adotada por consenso;
    - Resolução sobre a realização do direito à educação por todas as raparigas (A/HRC/RES/32/20) adotada por consenso;

- Resolução sobre a eliminação da mutilação genital feminina (A/HRC/RES/32/21) adotada por consenso;
- Cumpre destacar, também, a adoção da resolução sobre proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género (A/HRC/RES/32/2), apresentada por um grupo de países do GRULAC, adotada com o voto favorável de Portugal. Esta resolução criou o mandato do Perito Independente sobre proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género;
- Resolução sobre mortalidade e morbidade materna (A/HRC/RES/33/18) adotada por consenso e com o copatrocinio de Portugal;
- Portugal subscreveu a Declaração Conjunta sobre o Dia Internacional da Mulher, apresentada pelo Canadá na 31ª sessão, bem como a Declaração Conjunta que este país apresentou sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres e Raparigas Indígenas na 33ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos;
- No âmbito das três sessões do Exame Periódico Universal (sessões de janeiro/fevereiro, abril/maio e outubro/novembro), Portugal privilegiou a apresentação de recomendações aos países examinados sobre as questões referentes à igualdade de género, prevenção e eliminação da violência contra mulheres, à criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, segundo a Resolução do Conselho de Segurança n.º 1325 e à ratificação, sem reservas, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e do respetivo Protocolo Opcional;
- ECOSOC – 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres – ver referência anterior pela CIG;
- 71.ª Assembleia Geral (AGNU):
  - Nos eventos que marcaram a semana de Alto-Nível da 71ª sessão da AGNU, nomeadamente a Reunião de Alto Nível sobre Refugiados e Migrantes e a Cimeira do presidente Obama sobre Refugiados, Portugal pugnou, constantemente, pelos direitos das mulheres e raparigas migrantes e refugiadas;
  - Na 3.ª Comissão (outubro-novembro), Portugal apoiou as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e do combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, copatrocinando as seguintes resoluções:
    - Resolução sobre a intensificação dos esforços para eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas (A/C.3/71/L.21);

- Resolução sobre a intensificação dos esforços para eliminar a fístula obstétrica (A/C.3/71/L.16);
- Resolução sobre a intensificação dos esforços globais para eliminar a mutilação genital feminina (A/C.3/71/L.16);
- Também no quadro da 3ª Comissão, Portugal participou no Diálogo Interativo com a Relatora Especial das NU para a violência contra as mulheres;
- Conselho de Segurança: Portugal participou ativamente e interveio nos vários eventos sobre a temática em apreço. Destes, cumpre destacar:
  - O debate aberto sobre o Papel das Mulheres na Resolução de Conflitos em África, de 28 de março;
  - O debate aberto sobre violência sexual em conflito de 2 de junho, promovido por França;
  - O debate aberto de 25 de outubro sobre a temática mulheres, paz e segurança.

**O Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou, no quadro da OSCE:

- Portugal apoiou a candidatura de uma Conselheira de Direitos Humanos e de Direitos Humanos e Segurança na Missão da OSCE no Kosovo, a qual foi selecionada. A Dra. Ana Isabel Atanásio Alves exerce funções desde 13 de junho;
- Portugal apoiou a candidatura de uma Conselheira de Ética para a Missão Especial de Monitorização na Ucrânia (SMM), a qual foi selecionada (a 3 de outubro). A Dra. Susana Alves Pedro está em funções até 31 de março de 2017, com possibilidade de prorrogação;
- Representação nacional na Reunião Anual de Implementação da Dimensão Humana da OSCE (HDIM), em Varsóvia, de 19 a 30 de setembro, tendo a Embaixada em Varsóvia assegurado a intervenção nacional, com base em elementos preparados pela CIG, na sessão sobre Igualdade de Género, de 28 de setembro;
- Portugal esteve representado, através da CIG, na Conferência de Alto Nível sobre a Implementação da RCSNU 1325, em Berlim, a 18 de novembro, sob o tema “*A case for inclusive peace and security: how to accelerate the implementation of UNSCR 1325?*” – ver referência anterior pela CIG;
- Portugal esteve representado, através da nossa Embaixada em Berlim, na Reunião de Peritos da OSCE sobre Compromissos de Direitos Humanos, a 12 de outubro, organizada no âmbito da Presidência em exercício alemã. Teve como objetivo debater a implementação na Alemanha dos compromissos políticos em matéria de Direitos Humanos e Democracia. Destaque para a

realização de um painel de discussão dedicado ao tema “Mulheres, Paz e Segurança”, tendo a CIG preparado os elementos para a intervenção nacional.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou, no quadro do Conselho da Europa:

- Portugal apresentou uma representante para as Reuniões GT ad hoc sobre a igualdade de género no sector audiovisual – a qual foi selecionada;
- Continuámos a pugnar pela ratificação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul).

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou, no quadro da OCDE, que Portugal participou na reunião anual da GENDERNET (CAD) que acompanhou o processo de implementação dos ODS (em particular o ODS 5) e da transversalidade das questões de género.

Cumpram também destacar a participação nacional no Fórum Ministerial da 4ª Conferência *Global Women Deliver*, em Copenhaga, entre 16 e 19 de maio, tendo estado presente a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Portugal participou ainda na IV Conferência Mundial sobre os Direitos das Pessoas LGBTI, em Montevideo, onde foi um dos signatários da Declaração Constitutiva da Coligação de Países para a eliminação da Discriminação de Pessoas LGBTI (13 a 15 de julho).

Portugal também esteve representado, pela nossa Embaixada em Varsóvia, nas reuniões do Grupo de Amigos do Congresso das Mulheres que tiveram lugar, naquela cidade, ao longo de 2016. De entre estas, destaca-se a 3ª reunião, no dia 17 de março, que teve lugar na Residência da Embaixadora de Portugal em Varsóvia.

**Medida 63** – Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.

A **CIG** divulga os compromissos assumidos por Portugal na várias instâncias internacionais e orientações das entidades internacionais, tais como legislação, publicações, estudos e/ou outros textos de interesse geral, em matéria de igualdade de género.

**O Ministério dos Negócios Estrangeiros** reportou:

- Divulgação através da Rede de Contactos da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, incluindo as redes sociais, nomeadamente o Facebook;
- Participação, através do envio de uma frase da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, na “Joint initiative for International Women's day”, em SEUL, a 8 de março;
- Participação ativa do MNE, através do IDI e do GSG, na organização da Conferência “Women in Diplomacy”, promovida pelo ISCSP e a Association of Women Ambassadors, com o Alto Patrocínio do Presidente da República, no dia 10 de outubro. Por outro lado, a Sra. SG apoiou e participou na elaboração de uma publicação sobre a Conferência, da autoria da Association of Women Ambassadors.

**O Ministério do Ambiente** reportou que:

- O Grupo AdP é aderente do UN Global Compact e faz parte do Conselho Geral, onde assumiu o compromisso com os princípios de direitos humanos, e é ainda aderente da Aliança para os ODS, onde assumiu o compromisso, entre outros, com o ODS5 – Igualdade de género, e participou na semana da responsabilidade social divulgando os seus compromissos com os ODS;
- A EPAL aderiu ao UN Global Compact in Portugal through WEP's – Women's Empowerment Principles, e ao Forum iGen, divulgando igualmente esses compromissos.

**Medida 64** – Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Executada em 2014.

**Medida 65** – Estabelecer protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.

No âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre Portugal e Timor-Leste, a **CIG** acolheu 2 Técnicas da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher de Timor-Leste, entre os dias 1 e 30 de setembro, no âmbito do programa de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género.

**O Ministério dos Negócio Estrangeiros** reportou que:

- Numa perspetiva de apoiar a Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal dos funcionários do Quadro I do MNE, o GSG tem promovido ativamente a celebração de Acordos sobre Atividades Remuneradas de Membros da Família do Pessoal Diplomático e Consular entre Portugal e os países onde temos missões diplomáticas e consulares;
- Quanto aos projetos de cooperação objeto de protocolo por parte do CICL, estes contemplam um item relativo à igualdade de género, e que tem depois tradução na operacionalização do projeto.

**Medida 66** – Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.

O **Ministério da Justiça**, na cooperação internacional, prossegue a estratégia promotora dos direitos humanos. Neste âmbito, foram promovidas, pela DGPJ (em colaboração com a CIG), duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para os pontos focais da cooperação da área da justiça. Esta iniciativa incidiu sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, Mutilação Genital Feminina e sobre a RCSNU – Mulheres, Paz e Segurança.

O **Ministério da Defesa Nacional** reportou a realização de uma palestra a formandos/as do curso “Empowering Women in the 21st Century” do ISCTE em parceria com a AIM Overseas, no sentido de lhes dar a conhecer a experiência portuguesa na área da Defesa Nacional no âmbito das questões de género e do empoderamento das mulheres. A palestra teve lugar no dia 25 de janeiro nas instalações da Esquadilha de Submarinos da Base Naval de Lisboa. Este evento contou com 22 participantes (19M/3H). Contou com a participação, no painel de oradores, de uma Tenente da Escola Naval no 2.º Congresso de Almada, mais especificamente no debate subordinado ao tema “Construir Igualdade de Género”, realizado na freguesia da Trafaria, na capela do antigo Presídio, onde deu a conhecer a forma como, gradualmente, a construção da igualdade de género tem sido feita na Marinha e, mais concretamente, na Escola Naval.

**Medida 67** – Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

À margem dos trabalhos da 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, a **Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade**, acompanhada por uma Técnica da CIG, realizou algumas reuniões bilaterais com Países da CPLP, a saber:

- Brasil: encontro bilateral, a 15 de março, entre a SECI e a Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Económica das Mulheres, onde se manifestou interesse na continuação do desenvolvimento de uma estreita relação com aquele país em matéria de promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas, e na realização da Ministerial da Igualdade da CPLP, prevista para maio de 2016, apelando-se à participação do Brasil;
- Angola: encontro bilateral, a 15 de março, entre a SECI e a Ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, onde se manifestou interesse na continuação do desenvolvimento de uma estreita relação com aquele país em matéria de promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas;
- Cabo-Verde: encontro bilateral, a 15 de março, entre a SECI e a Diretora do Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, Talina Pereira, onde se manifestou interesse na continuação do desenvolvimento de uma estreita relação com aquele país em matéria de promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas, principalmente no âmbito do acordo bilateral entre os dois países na área da igualdade de género;
- Moçambique: encontro bilateral, a 16 de março, entre a SECI e a Ministra para o Género, Crianças e Assuntos Sociais de Moçambique, Cidália Oliveira, onde se manifestou interesse na continuação do desenvolvimento de uma estreita relação com aquele país em matéria de promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas e na realização de ações conjuntas de prevenção e combate à violência de género, incluindo a violência doméstica, tal como acordado no Protocolo de Cooperação assinado entre os dois Países.

No dia 10 de maio, teve lugar uma Reunião Ministerial da Igualdade de Género da CPLP, com o tema “Empoderamento económico da mulher, género e globalização”. Durante os trabalhos, a Secretária de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher de Timor-Leste, Veneranda Lemos Martins, apresentou o tema e, após serem proferidas as comunicações das ministras e dos ministros ou representantes de Estados Membros da CPLP, foram discutidas as propostas e aprovado, pelos Estados Membros presentes, o Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP para 2016-2018 e a Declaração da reunião. Esta reunião foi precedida por uma reunião técnica preparatória, que teve lugar no dia 9 de maio. Os documentos resultantes desta reunião ainda serão aprovados pelo Conselho de Ministros da CPLP, em 2017, dado que não houve quórum suficiente.

O **Ministérios dos Negócios Estrangeiros** reportou:

- Assinatura do Programa Estratégico de Cooperação com São Tomé e Príncipe 2016-2020, o qual reflete o objetivo de promover a igualdade de género como objetivo transversal das áreas de intervenção prioritárias;
- Negociação dos Programas Estratégicos de Cooperação com Cabo Verde e Moçambique (2017-2021);
- Colaboração com o FNUAP por via do apoio a alguns projetos específicos nos países membros da CPLP. Na sequência do apoio concedido em 2015 para um projeto do FNUAP na Guiné Bissau de luta contra os casamentos precoces (€50 mil), em 2016 foi feita uma nova contribuição financeira para o FNUAP, no valor total de €97 mil, dos quais €50 mil para o “Supplies Fund” e €47 mil para os recursos regulares do Fundo para projetos de luta contra a fístula obstétrica em Moçambique. Foi ainda efetuada uma contribuição extraordinária de €50 mil para construção e equipamento de um bloco operatório do Hospital de Bubaque na Guiné-Bissau/Bijagós, no âmbito do projeto do FNUAP “Acelerar a redução da mortalidade materna e neonatal: consolidar resultados, capitalizar os ganhos alcançados”.

O **Ministério da Justiça** destaca também, que todos os programas de cooperação na área de justiça, submetidos em 2016 (para vigorarem em 2017) para aprovação técnica do Instituto Camões, designadamente para Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé, Guiné e Angola, têm incorporada expressa menção à dimensão de género.

**Medida 68** – Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas setoriais de cooperação para o desenvolvimento.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** informou que, apesar de não constituir a temática principal, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e alguns projetos de Educação para o Desenvolvimento têm em conta a perspetiva da igualdade de género.

Neste contexto, e uma vez que esta informação não estava disponível à data do último relatório, importa mencionar que, em 2015, foram realizados 99 projetos de cooperação para o desenvolvimento que se encontram classificados com o marcador Igualdade de Género de acordo com as regras de notificação estatística do CAD/OCDE, que identificam os projetos que tenham

como objetivo principal ou significativo promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres ou reduzir a discriminação e desigualdades baseadas no sexo. Dos 99 projetos, 19 foram classificados como Principal (maioritariamente orientados para o marcador Igualdade de Género) e 80 como Significativo, envolvendo um volume total de financiamento, contabilizado como Ajuda Pública ao Desenvolvimento de €27.896.418, dos quais €824.742 associados a projetos classificados como Principal e €27.071.676 a projetos classificados como Significativo. Os dados para 2016 ainda não estão disponíveis.

O **Ministério da Justiça** informou que em 2016, no contexto da Conferência dos Ministros da Justiça dos países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), foi elaborado, com a colaboração da representação nacional, um questionário sobre a propriedade da terra e questões conexas, com abordagem da titularidade da propriedade pelas mulheres. O questionário foi aplicado a todos os Estados-membros e encontra-se em fase de tratamento e análise, pela Comissão de Trabalho da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com vista à elaboração de uma proposta de Estratégia e de um Plano de Ação, especialmente concebidos para as necessidades e características dos Estados-membros, a ser submetida à consideração dos Ministros da Justiça aquando da XV CMJCPLP.

## 7.2 – Comunidades Portuguesas

**Medida 69** – Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.

No dia 27 de outubro, a Presidente da **CIG** deslocou-se a Paris para um encontro com as Comunidades Portuguesas, com a finalidade de reforçar as questões da igualdade de género e da prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica.

O **Ministério dos Negócios Estrangeiros** destacou a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o ACM, a DGACCP e a Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade para implementação e execução do Projeto “Igualdade nas Comunidades”.

**Medida 70** – Incluir a dimensão da igualdade de género nas relações com os países de residência e trabalho de nacionais.

**O Ministério dos Negócios Estrangeiros** foi interveniente em:

- Conferência “Mulheres em Luta – Retratos Cruzados da Lusofonia”, organizada pela CCPF (Coordenação das Coletividades Portuguesas em França), que teve lugar no Consulado Geral de Portugal em Paris, no dia 8 de março;
- “I Colóquio sobre Mulheres na Literatura Portuguesa”, subordinado ao tema da violência de género, do feminino e do feminismo na literatura portuguesa, organizado pelo Centro Português de Vigo, nos dias 9 e 10 de março;
- Colóquio “Mulheres da Diáspora em Movimento”, organizada pela Prof. Manuela Marujo e a Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, que teve lugar no Consulado Geral de Portugal em Toronto, no dia 12 de novembro. Destaca-se um painel subordinado ao tema “Diplomacia/Jornalismo/Política/Académica/Associativismo” e uma apresentação da Dra. Manuela Aguiar, ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, sobre “Políticas de género e movimentos cívicos na emigração portuguesa”. Esta iniciativa contou ainda com a inauguração da exposição “Feisty women of the Portuguese Diaspora”, na Biblioteca da Universidade de Toronto;
- Projeto “Sensibilização e Acompanhamento da Comunidade Portuguesa na Alemanha: Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade de Género; Prevenção da Violência de Género”, trabalho desenvolvido por uma psicóloga junto da Coordenação de Ensino (CEPE) da Embaixada de Portugal em Berlim e que teve já como destinatários jovens alunos/as e professores/as.

## **Síntese avaliativa da execução do II Plano para a Igualdade do Ministério da Justiça**

O II Plano para a Igualdade do Ministério da Justiça dá continuidade às medidas previstas no I Plano, especialmente para aquelas relativamente às quais, no exercício de avaliação efetuado em 2015, se aferiu um baixo nível de execução.

Este Plano contempla medidas inscritas no V PNI cuja responsabilidade cabe ao Ministério da Justiça. Em 2016, quer no primeiro, quer no segundo semestre, aferiu-se um elevado grau de concretização das mesmas, conforme reflete o presente Relatório de Atividades do V PNI. É possível afirmar que todas as medidas, porque plurianuais na sua larga medida, a executar ao longo de toda a vigência do V PNI, se encontram em regular execução, refletindo uma coerente e articulada colaboração entre a equipa interdepartamental do Ministério da Justiça.

Assim, das 70 medidas do V PNI, o Ministério da Justiça é a entidade responsável a título principal em apenas 1 medida. Esta medida, a 53, foi concretizada através da participação no GT “Hate Crimes”, do qual resultou a publicação do Compêndio de Boas Práticas sobre o combate ao crime de ódio. O Ministério da Justiça é ainda entidade envolvida na execução de 3 outras medidas (34; 52; e 64), todas refletidas no II Plano para a Igualdade do Ministério da Justiça. Em 2016 desenvolveu iniciativas em todas estas medidas. O Ministério da Justiça participa ainda com todos os outros ministérios em 7 medidas (medidas 1 a 7), tendo também desenvolvido iniciativas neste domínio em 2016.

Em suma, o II Plano para a Igualdade do Ministério da Justiça encontrava-se, a 31 de dezembro de 2016, em regular execução, com concretização positiva e significativa.

## **Síntese avaliativa da execução do plano setorial do Ministério da Administração Interna:**

Atendendo aos constrangimentos verificados nomeadamente em 2016, a execução das medidas previstas no âmbito do Plano Sectorial do MAI acarretará um esforço acrescido nem 2017, o último da vigência do V PNI e do referido Plano Setorial. Nesse sentido será fundamental promover sinergias entre os serviços do MAI de modo a otimizar a execução das ações previstas.

Este esforço implica necessariamente o elevado empenho dos/as conselheiros/as para a IG e de todo o grupo intra-MAI neste domínio, o que por diversas vezes é dificultado pelo elevado volume de

trabalho, existente em outras áreas, às quais estes/as colaboradores/as do MAI estão afetos/as. Devem por isso ser equacionadas e desenvolvidas estratégias de execução das medidas previstas para 2017 que visem a sua efetiva e adequada concretização, mas da forma o mais otimizada possível, em termos temporais.

Refira-se que no dia 14 de março de 2017 decorreu na Secretaria-Geral do MAI uma reunião com o grupo Intra-MAI, onde foram analisadas as diversas medidas a implementar em 2017 e planificadas com maior pormenor as respetivas formas de execução.

Diversas das medidas a adotar terão necessariamente que ter continuidade, de modo a consolidarem-se práticas e metodologias integradoras da perspetiva da Igualdade de Género.

Em 2017 decorrerá a planificação do próximo ciclo estratégico, devendo-se nessa ocasião efetuar uma reflexão e diagnóstico acerca das principais necessidades ao nível do MAI em matéria da promoção da Igualdade de Género e integração desta perspetiva nas várias políticas/ações desenvolvidas pelo MAI, de forma mais estrutural e menos conjuntural.

## Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

O relatório intercalar de execução do V PNI, elaborado pela CIG, que, durante 2016, cumpriu as suas competências de coordenação e monitorização do Plano através de uma articulação e diálogo permanentes com todos os organismos envolvidos, tem como base as respostas recebidas por parte das entidades responsáveis pela sua execução. Foi, ainda, tomado em consideração um conjunto de dados conhecidos através das atividades de monitorização e controlo, e reportes intercalares, quando foi caso disso. Das 60 medidas, cuja execução estava prevista para 2016 ou durante toda a vigência do plano, apenas uma não foi executada (medida 21), seis não têm informação reportada pelo organismo responsável (medidas 27, 28, 30, 31, 32 e 33), tendo havido, no entanto, informação prestada por outras entidades envolvidas na execução do Plano.

Em termos globais, poderá considerar-se que a execução foi positiva, correspondendo a um total de 98,3% (como consta no Quadro-resumo), respeitando este valor às medidas com calendarização estabelecida para o ano de 2016 ou para todo o período de vigência do Plano e excluindo, naturalmente, as medidas calendarizadas para execução no ano de 2017.

Na elaboração deste Relatório, teve-se ainda em atenção atividades reportadas que, não correspondendo aos indicadores de desempenho, se considerou poderem contribuir para os objetivos das várias medidas.

Igualmente foram apenas reportadas, no texto principal do Relatório, as atividades das ONG, do Conselho Consultivo da CIG, realizadas em parceria com entidades públicas ou com financiamento público.

### Taxa de execução do Plano no ano de 2016

Áreas estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2016 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2016	Percentagem de medidas executadas em 2016
1	13	13	13	100%
2	27	23	22	96%

<b>3</b>	9	8	8	100%
<b>4</b>	5	3	3	100%
<b>5</b>	3	3	3	100%
<b>6</b>	4	2	2	100%
<b>7</b>	9	8	8	100%
<b>Total</b>	70	60	59	98,3%

## Siglas utilizadas

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
- AEP** – Associação Empresarial de Portugal
- AIP** – Associação Industrial Portuguesa
- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APA, I.P.** – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- APDC, I.P.** – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
- APEM** – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
- APF** – Associação para o Planeamento da Família
- ARS, I.P.** – Administração Regional de Saúde, I.P.
- CASES** – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- CDH** – Conselho de Direitos Humanos
- CEJ** – Centro de Estudos Judiciários
- CEJUR** – Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
- CENJOR** – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CIG/DRN** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/Delegação Regional do Norte
- CITE** – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DCGC** – Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente
- DGA** – Direção-Geral das Artes
- DGE** – Direção-Geral da Educação
- DGPDN** – Direção-Geral Políticas de Defesa Nacional
- DGPRM** – Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
- CLAII** – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
- CNAI** – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
- CNPCJR** – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco
- CPCJ** – Comissão Proteção de Crianças e Jovens
- DGAE** – Direção-Geral das Atividades Económicas
- DGAEP** – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
- DGAI** – Direção-Geral de Administração Interna

**DGE** – Direção-Geral de Educação  
**DGES** – Direção-Geral do Ensino Superior  
**DGPJ** – Direção-Geral de Políticas de Justiça  
**DGRSP** – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais  
**DGS** – Direção-Geral de Saúde  
**EIGE** – Instituto Europeu para a Igualdade de Género  
**EQUINET** – European Network of Equality Bodies  
**FCT** – Fundação para a Ciência e Tecnologia  
**FPCE-UP** – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
**FRA** – Agência para os Direitos Fundamentais  
**FS** – Forças de Segurança  
**GEP** – Gabinete de Estratégia e Planeamento  
**GEPAC** – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais  
**GMCS** – Gabinete para os Meios de Comunicação Social  
**GNR** – Guarda Nacional Republicana  
**IEFP, I.P.** – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.  
**ILGA** – Intervenção Lésbica, Gay e Transgénero  
**INA** – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas  
**INE, I.P.** – Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
**INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal  
**INR, I.P.** – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.  
**IPDJ, I.P.** – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.  
**IPSS** – Instituições Particulares de Solidariedade Social  
**ISS, I.P.** – Instituto da Segurança Social, I.P.  
**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero  
**MADR** – Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional  
**MAI** – Ministério da Administração Interna  
**MAM** – Ministério da Agricultura e do Mar  
**MAOTE** – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia  
**MDN** – Ministério da Defesa Nacional  
**ME** – Ministério da Economia  
**MEd** – Ministério da Educação  
**MF** – Ministério das Finanças  
**MJ** – Ministério da Justiça

**MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros

**MS** – Ministério da Saúde

**MTSSS** – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**ONG** – Organizações Não Governamentais

**PCM** – Presidência do Conselho de Ministros

**PGR** – Procuradoria-Geral da República

**PJ** – Polícia Judiciária

**PME** – Pequenas e Médias Empresas

**POPH** – Programa Operacional Potencial Humano

**PSP** – Polícia de Segurança Pública

**QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional

**RCM** – Resolução do Conselho de Ministros

**RCSNU** – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

**SCML** – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**SEAPI** – Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

**SGNU** – Secretário-Geral das Nações Unidas

**UMAR** – União de Mulheres Alternativa e Resposta